

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Guilherme Silva Bernal Martin

O Pacto Educativo Global: caminho para o novo humanismo

BACHARELADO EM TEOLOGIA

São Paulo

2025

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Guilherme Silva Bernal Martin

O Pacto Educativo Global: caminho para o novo humanismo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de BACHAREL em Teologia, sob a orientação do Prof. Dr. Davvid da Silva

São Paulo

2025

Guilherme Silva Bernal Martin

O Pacto Educativo Global: caminho para o novo humanismo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de BACHAREL em Teologia, sob a orientação do Prof. Dr. Davvid da Silva

Aprovado em: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Dr.

Dr.

Dr.

A educadora de minha infância,
que me ensinou a partilhar
com amor e simplicidade.
Obrigado, vó.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, Carlyane Souza, Francisco Silva, Gutemberg Bernal, Sergio Bernal, Terezinha Bernal, cujo apoio constante são fonte de encorajamento e ânimo;

À minha avó, Izabel da Conceição Souza Silva (in memoriam), cuja fé e caridade foram testemunhos de uma experiência viva com Deus;

À todos os membros da Família Chevalier, com quem partilho o carisma de anunciar o amor misericordioso do Coração de Jesus;

Aos meus amigos e irmãos, Yordy Blanco, MSC, Jefferson Araújo, MSC, Leonardo Machado, MSC, Miguel Alerrandro, MSC, com quem partilho aspirações e desejo de transformação;

À todos os pesquisadores que dispõem gratuitamente seu conteúdo em plataformas digitais. Sua gratuidade é de suma importância para a democratização do conhecimento científico;

Ao professor Dr. Dayvid da Silva, que orientou este trabalho de pesquisa;

Ao Papa Francisco (in memoriam) cujo ministério fez brotar e frutificar as sementes do verbo, dispostas em várias culturas e áreas missionárias, em especial na educação;

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso analisa os desafios contemporâneos enfrentados pela sociedade e pela Igreja, especialmente no contexto pós-pandêmico, e investiga as implicações desses desafios no campo da educação católica. Parte-se da premissa de que o atual cenário é marcado por crise democrática, polarização política, instrumentalização da fé, avanço do neopentecostalismo, difusão de fake news e enfraquecimento do discurso racional, agravados pelo contexto da pandemia da COVID-19. A pesquisa justifica-se pela urgência de repensar os caminhos da evangelização no ambiente escolar diante dessas transformações. A hipótese central é que o “Pacto Educativo Global”, proposto pelo Papa Francisco, pode ser um caminho viável para instaurar um novo humanismo, baseado no diálogo, no cuidado, na inclusão e na justiça social. O trabalho adota uma abordagem teórico-metodológica de análise documental, com base no Magistério da Igreja, em especial nos documentos do Concílio Vaticano II, das Conferências do CELAM e do pontificado de Francisco, articulando-os à realidade brasileira atual. Os resultados apontam que, para além de reformas pedagógicas, é necessário um novo paradigma antropológico e teológico que reconheça a dignidade humana e promova uma educação integral, comprometida com os mais vulneráveis e com a construção de uma sociedade fraterna. A ação evangelizadora nas escolas católicas, iluminada por essa proposta, torna-se instrumento fundamental na formação de sujeitos críticos, solidários e capazes de responder aos sinais dos tempos com esperança e profetismo.

Palavras-chave: Educação católica; Pacto Educativo Global; Evangelização; Papa Francisco; Novo Humanismo.

ABSTRACT

This final thesis analyzes the contemporary challenges faced by society and the Church, especially in the post-pandemic context, and investigates the implications of these challenges in the field of Catholic education. It is based on the premise that the current landscape is marked by democratic crises, political polarization, the instrumentalization of faith, the advance of neopentecostalism, the spread of fake news, and the weakening of rational discourse, all of which were intensified by the COVID-19 pandemic. The research is justified by the urgent need to rethink evangelization paths within the educational environment in light of these transformations. The central hypothesis is that the "Global Educational Pact," proposed by Pope Francis, offers a viable path toward establishing a new humanism grounded in dialogue, care, inclusion, and social justice. The study adopts a documentary analysis methodology, drawing on the Church's Magisterium—especially the documents of the Second Vatican Council, CELAM Conferences, and the pontificate of Pope Francis—while connecting them to the current Brazilian reality. The results indicate that beyond pedagogical reform, there is a need for a new anthropological and theological paradigm that recognizes human dignity and promotes integral education, committed to the vulnerable and the building of a fraternal society. Evangelizing action in Catholic schools, inspired by this proposal, becomes a fundamental tool in forming critical, compassionate, and hopeful individuals capable of responding prophetically to the signs of the times.

Keywords: Catholic education; Global Educational Pact; Evangelization; Pope Francis; New Humanism.

LISTA DE ABREVEATURAS

AG – *Ad Gentes* (Decreto sobre a atividade missionária da Igreja, Vaticano II)

GS – *Gaudium et Spes* (Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje, Vaticano II)

LM – *Lumen Gentium* (Constituição dogmática sobre a Igreja, Vaticano II)

GED – *Gravissimum Educationis* (Declaração sobre a educação cristã, Vaticano II)

CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americano

DMed – Documento final da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americanado

DP - Documento final da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americanado

DSD - Documento final da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americanado

DAp - Documento final da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americanado

EG – *Evangelii Gaudium* (Exortação Apostólica do Papa Francisco, 2013)

LS – *Laudato Si'* (Encíclica do Papa Francisco sobre o cuidado da casa comum, 2015)

AL – *Amoris Laetitia* (Exortação Apostólica pós-sinodal sobre o amor na família, 2016)

GEx – *Gaudete et Exsultate* (Exortação Apostólica sobre o chamado à santidade, 2018)

CV – *Christus Vivit* (Exortação Apostólica pós-sinodal dirigida à juventude, 2019)

FT – *Fratelli Tutti* (Encíclica sobre a fraternidade e amizade social, 2020)

QA – *Querida Amazônia* (Exortação Apostólica pós-sinodal sobre a Amazônia, 2020)

LF – *Lumen Fidei* (Encíclica iniciada por Bento XVI e finalizada por Francisco, 2013)

CF – *Campanha da Fraternidade* (documentos de anos específicos: 2022)

CNBB – Relatórios e documentos diversos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (2022, 2023, 2024)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 O momento atual da Igreja e da sociedade.....	12
1.2 A sociedade humana	12
1.2 A realidade eclesial.....	16
1.3 Influências no ambiente escolar	19
2 A ação evangelizadora nas escolas católicas	24
2.1 Concílio e conferências	24
2.2 Magistério de Francisco	31
2.3 Convocados ao novo humanismo.....	42
3 Os compromissos do pacto	46
3.1 Colocar a pessoa no centro.....	46
3.2 Ouvir as gerações mais novas	48
3.3 Promover a mulher	50
3.4 Responsabilizar as famílias	52
3.5 Abrir-se à acolhida.....	54
3.6 Renovar a economia e a política.....	56
3.7 Cuidar da Casa Comum.....	58
CONCLUSÃO.....	61
REFERÊNCIAS.....	63

INTRODUÇÃO

No ano de 2013, a fumaça branca que saia da chaminé da capela Sistina anunciou aos povos a eleição do novo papa. A escolha por Jorge Mario Bergoglio um latino-americano, argentino, distou dos consecutivos pontificados europeus. Optando pelo nome Francisco, o recém-eleito bispo de Roma indicou um caminho diferente para a Igreja, que descentralizou o poder e simplificou processos. Como primeiro gesto de seu pontificado, além da escolha de seu nome, Francisco pediu ao povo que rezasse por ele. Um sinal de que além dos protocolos hierárquicos, a relação entre o povo e seus pastores é de fraternidade.

Francisco preocupou-se profundamente com as problemáticas sociais de nosso tempo. Pediu constantemente uma Igreja mais fraterna, que abrisse ao diálogo com todos. Denunciou as relações corrompidas pela cultura do destarte, que construiu um mundo desigual e excludente para aqueles que não produzem. E em resposta, convidou-nos para a uma conversão ecológica, que fosse capaz de renovar as nossas relações com a sociedade e o ambiente em que vivemos, o urbano e o natural. Para Francisco, esta renovação só seria possível com a promoção de um “novo humanismo”, que considerasse o ser humano em sua totalidade.

Para desenvolver este processo de renovação das nossas relações e promover um novo humanismo, no ano de 2019, Francisco convidou educadores do mundo inteiro para reconstruir o pacto educacional existente entre a família, a sociedade e o Estado. Em encontro realizado no ano de 2021 sete compromissos foram firmados: colocar a pessoa no centro de cada processo educativo; ouvir as gerações mais novas; promover a mulher; responsabilizar a família; se abrir à acolhida; renovar a economia e a política; cuidar da casa comum.

Acolhendo o magistério da Igreja e em especial o de Francisco, este trabalho monográfico tem o objetivo de apresentar o Pacto Educativo Global como caminho de promoção para o novo humanismo. A fim de atingir este objetivo, propomos-nos a analisar os contextos social, eclesial e educacional, a partir do paradigma imposto pela pandemia do COVID-19. Buscaremos iluminar este cenário geral com o magistério da Igreja, elencando os principais documentos do Concílio Vaticano II, das Conferências Episcopais

Latino-Americanas e do magistério de Francisco. Por fim, apresentaremos os sete compromissos do Pacto Educativo, justificando-os a partir do magistério e da realidade descrita no primeiro capítulo.

A metodologia adotada neste estudo é a análise documental, com base no Magistério da Igreja, especialmente nos documentos do Concílio Vaticano II, Conferências do CELAM e o pontificado do Papa Francisco, conectando-os à realidade brasileira contemporânea. A pesquisa busca identificar os princípios e diretrizes do Pacto Educativo Global que podem orientar a ação evangelizadora da Igreja no campo da educação.

Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para a reflexão sobre o papel da educação católica na formação de indivíduos capazes de responder profeticamente aos desafios do nosso tempo, promovendo um novo humanismo que valorize a dignidade humana, a inclusão e a construção do bem comum.

1 O MOMENTO ATUAL DA IGREJA E DA SOCIEDADE

No contexto atual, a conjuntura global é marcada por uma série de desafios e transformações em diversas áreas. A recuperação após os impactos da pandemia de COVID-19 continua sendo uma prioridade, com países enfrentando diferentes ritmos de crescimento e políticas de estímulo econômico. Em suma, a conjuntura atual é caracterizada por uma interseção de desafios, polaridades e inimizades, mas também de oportunidades em múltiplos domínios, demandando respostas inovadoras e colaborativas para enfrentar os complexos problemas globais. Trataremos, nesta primeira parte da pesquisa, sobre os cenários global e nacional em quem vivem a sociedade humana e a Igreja. Com isso pretendemos entender qual a realidade em que estão inseridas as instituições educacionais e quais os principais desafios que estas instituições enfrentam na atualidade.

1.2 A sociedade humana

Passaram-se cinco anos desde que recebemos a notícia de uma pandemia que se alastrou por todos os países. O desespero de uns e o negacionismo de outros foram características marcantes das primeiras semanas em que absolutamente ninguém sabia com precisão, o que estava acontecendo. Todos os meios de comunicação voltaram-se para o mesmo problema: a morte em massa da população humana.

Este evento histórico provocou grandes mudanças na sociedade. Os abismos sociais se tornaram ainda maiores, o tempo de uso das redes sociais e meios de comunicação em massa aumentou significativamente, assim como a quantidade de pessoas que sofre pela insegurança alimentar. O cenário internacional era de crise socioeconômica e política, enquanto alguns governantes empreendiam todos os esforços para minimizar a letalidade da pandemia, outros insistiam em negar a urgência da situação.

Dois eventos icônicos, deste período figuram o cenário caótico que dominou a política. Em um deles, o então governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB-MA),

elaborou um complexo plano de drible alfandegário, a fim de comprar respiradores para a atender a rede pública de saúde, que estava à beira do colapso.

Mesmo de posse dos equipamentos, o governo maranhense ainda temia que a carga fosse confiscada no meio do caminho. Havia a necessidade de uma parada para reabastecer o avião e foram descartadas escalas em Dubai (Emirados Árabes), EUA ou qualquer país da Europa. O ponto escolhido para o reabastecimento foi a Etiópia, de onde o cargueiro seguiu direto para o aeroporto de Guarulhos, em São Paulo.

"Quando chegou em Guarulhos o desespero era muito grande. Em seis horas conseguimos embarcar tudo em um avião da Azul alugado pelo governo do Maranhão", relatou Araújo.

Ainda assim havia temor de que os respiradores fossem confiscados pelo governo federal. Foi então que os maranhenses deram um drible na Receita Federal. O primeiro lance foi garantir o sigilo sobre o conteúdo da carga. Para isso, optaram por cumprir os trâmites alfandegários somente em São Luís e não em Guarulhos. (Exame, 2020)

O outro evento foi o colapso do sistema de saúde amazonense, que na ausência de cilindros de oxigênio, não conseguiu atender os casos graves de contaminação por COVID-19. Em inquérito, o senador Eduardo Braga (MDB-AM), questionou o então Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello:

Foram dois mil amazonenses que morreram. Nós poderíamos ter colocado aquele oxigênio, ministro. E o que nós queremos saber é o seguinte: Faltou dinheiro ao governo do Estado para fazer isso? Faltou vontade política do governo federal em fazer isso? E por que que não fez? Por que que não deu as informações ao ex-ministro Ernesto Araújo [das Relações Exteriores] para que o avião dos Estados Unidos pudesse ter ido à Venezuela buscar o oxigênio e levar para o Amazonas, para salvar vidas? É isso que o povo brasileiro quer saber. (Agência Senado, 2021).

Estes eventos indicam uma disparidade de interesses. Muitos governadores se viram isolados ao enfrentar a crise sanitária.

O período pandêmico foi um catalizador da crise democrática brasileira. Os frequentes discursos de ataque ao Estado Democrático de Direito, por parte do ex-presidente Jair Bolsonaro, minaram a confiança popular na máquina pública. Outro agravante desta crise foi a instrumentalização da fé, por parte de fundamentalistas religiosos, que declararam o seu apoio ao então presidente. O Grupo de Análise de

Conjuntura da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) afirma que as igrejas neopentecostais foram os principais atores deste fenômeno.

“Baseados, entre outras, na “teologia do domínio” acreditam que a cristianização do mundo – governos, inclusive – e o domínio de todas as áreas da vida, pelos fiéis evangélicos é fundamental para se vencer a guerra cósmica entre Deus e o diabo pelo domínio da humanidade.” (CNBB, 2022, p. 16).

Com isto, as bandeiras do “anticomunismo” e a promoção da “família tradicional” se tornaram estandartes de uma marcha antidemocrática. O resultado disto foram os sucessivos atentados em Brasília, após a divulgação do resultado das eleições de 2022. “Em um processo de múltiplos atores, quase todos com o mesmo procedimento sob o manto do “bolsonarismo”, foi tentado um ‘golpe’” (CNBB, 2023, p. 2). Apesar de vermos, atualmente, um cenário mais brando, não podemos afirmar que a polarização política foi superada.

O populismo ultraconservador que resultou neste cenário sociopolítico não foi causalidade ou acidente, mas uma produção estratégica que manipulou as opiniões e corroeu por dentro a democracia brasileira. As notícias falsas (*fake news*) e sua consequente produção, a pós-verdade, foram os instrumentos de dominação pelos quais se instaurou a “infocracia” brasileira. Este conceito, desenvolvido por Byun-Chul Han, descreve uma sociedade em que as formas de dominação já não seguem mais os parâmetros de “biopoder” ou “biopolítica”, descritos por Foucault. Os instrumentos de submissão do Estado perderam seu espaço para o “regime da informação”.

Segundo Foucault, o exercício da dominação é realizado pelo controle dos corpos, em um “regime disciplinar”, em que “o poder da soberania atua pela visibilidade teatral. É um poder que se faz ver, se manifesta, se vangloria e irradia” (Han, 2022, p. 11). Neste regime, a vigilância é um instrumento do biopoder, em que “aos súditos é imposta uma visibilidade permanente. Com isso, o acesso do poder é assegurado e os submetidos ficam expostos no foco da iluminação.” (Han, 2022, p. 11-12). Instrumentos repressores do Estado, como as forças militares, instituições educacionais e as diversas formas de contagem da população disciplina corpos e comportamentos, produzindo sujeitos dóceis e úteis.

Já no “regime da informação”, Han defende que a liberdade e a vigilância coincidem. A visibilidade produzida pelos meios de comunicação em massa não se configura como expressão da liberdade pessoal. Ao contrário do regime disciplinar, “O

paradoxo da sociedade de informação é: as pessoas estão aprisionadas nas informações.” (Han 2022, p.14). Neste regime, as informações não são expostas por foças externas, como um mecanismo de contagem, pois as pessoas se empenham por mostrarem a si mesmas, sob estímulos positivos. São desenvolvidos novos modelos de dominação, em que “*Vigiar e punir*, as características do regime disciplinar de Foucault, dão lugar a *motivar e otimizar*. No regime de informação neoliberal, a dominação se dá como *liberdade, comunicação e Community, comunidade.*” (Han 2022, p.17). Instaura-se, desta forma, um estado em que o excesso de dados e informações fragmentadas produz uma sobrecarga cognitiva, enfraquecendo a capacidade de discernimento crítico. A isto Han nomeia “infocracia”.

A fragmentação dos dados e informações impossibilitam a racionalização das problemáticas da realidade. As campanhas eleitorais dos últimos anos, por exemplo, assemelham-se à uma performance teatral ou concurso de popularidade. Os debates entre candidatos foram marcados por uma guerra de informações, em que se promoveu uma comunicação afetiva. O objetivo desta modalidade de comunicação é evitar o exercício da racionalidade com o excesso de informações que visam atingir os sentidos.

A noção de pós-verdade é inserida neste contexto de fragmentação das informações, que não se configura como mentira, mas como manipulação.

“A pós-verdade visa trazer à baila informações inverossímeis e contraditórias, onde a mentira não é posta de forma explícita, mas envolta em chamarizes emotivos que tornam o discernimento entre o que é verdade e mentira dentro da notícia, em um exercício complexo.” (Leite, 2020, p. 76)

Em um cenário de enfraquecimento da racionalidade, a pós-verdade torna-se um poderoso instrumento de controle, pois reforça o impacto do regime da informação.

Os discursos perdem toda a potência motivadora, em detrimento do algoritmo que determina qual conteúdo é acessível. A brevidade dos conteúdos disseminados pelas mídias sociais não promove a comunicação dos discursos, apenas distribui as informações fragmentadas que possibilitam uma leitura recortada da realidade. As ideologias perdem seu sentido enquanto narrativa, pois o exercício da razão, contaminada pelo regime de informação e pela comunicação afetiva, torna-se um penoso esforço.

A política populista, que se desenvolveu no Brasil nos últimos anos, foi marcada pela disseminação de notícias falsas, especialmente sobre a crise sanitária da COVID-19.

Em artigo da “Agência Senado”, o diretor-adjunto da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Frank Mácio de Oliveira afirma que

“parte das campanhas de desinformação (caracterizadas pela produção e propagação massiva de notícias falsas) tem entre seus objetivos manipular a opinião pública e desprestigar as instituições, bem como obter vantagens econômicas ou políticas. (Agência Senado, 2021)

A consequência desta prática foi o desmonte das campanhas de vacinação, promovendo o descrédito das instituições de pesquisa e dos próprios pesquisadores. Em suma, o conhecimento científico perdeu o seu posto de verificar a veracidade das afirmações ou crenças e foi rebaixado à noção de formador de opinião.

Em visão geral, o período pandêmico intensificou o momento de mudanças na sociedade, com a crescente evolução dos meios de comunicação em massa e acesso imediato a informações de diferentes fontes. Este cenário, marcado pelo uso das informações como meio de dominação, o chamado “regime de informação”, teve como consequência a polarização sociopolítica que desequilibrou a política nacional e promoveu o descrédito na máquina pública e das instituições públicas, assim como das instituições de produção e divulgação científica.

1.2 A realidade eclesial

A conjuntura eclesial da Igreja no Brasil, analisada à luz do cenário sociopolítico contemporâneo é marcada pela tensão que afeta a missão evangelizadora, especialmente no que diz respeito à inserção na sociedade. É certo que durante a cristandade, a Igreja era hegemônica, cabendo a ela pronunciar as verdades de fé e conferir sentido à vida das pessoas. Entretanto, desde o advento da modernidade, com a crise institucional da Igreja, a instituição religiosa viu surgir um novo paradigma social, em que a sociedade de consumo passa a dotar a subjetividade com um sentido próprio, assumindo o papel que fora da religião. Com este novo modelo socia-econômico, “o consumo passará a estruturar a vida cotidiana, constituindo-se no elo entre a cultura objetiva, a materialidade da sobrevivência e a cultura subjetiva, as aspirações, os sonhos e as projeções.” (Carranza, 2011, p.31).

No cenário atual, marcado pela ascensão do populismo ultraconservador e pela polarização política, a Igreja no Brasil se vê pressionada entre diversas correntes

ideológicas, algumas das quais instrumentalizam a fé em benefício de projetos de poder. A pós-verdade, caracterizada pela manipulação de emoções e pela desvalorização dos fatos objetivos, cria um ambiente no qual as vozes moderadas e o diálogo são abafados por discursos inflamados e sentimentalistas. É neste sentido, que o fenômeno da “neopentecostalização” surge como um grande desafio, pois

“O neopentecostalismo é individualizante, imediatizante, flexível nos limites de adesão, não dependente de uma hierarquia institucionalizada; é imanentizado, ou seja, voltado para as questões mais próximas da vida, em geral as afetivas e as patrimoniais, coloca a solução nas mãos das pessoas, por meio de correntes, novenas e outras formas de oração; é alegre, gerador de emoções e catarses; permite a fácil criação de pequenas igrejas em qualquer lugar, instalando-se em locais onde as igrejas de maior institucionalização jamais se encaixariam” (CNBB, 2024, p.5).

Este fenômeno não se aplica apenas as, popularmente chamadas, “igrejas de garagem”. Certos movimentos da Igreja Católica seguem este fluxo de promoção de uma experiência religiosa marcada pelo sentimentalismo, devocionismo e catarse.

Os bispos do Conselho permanente da CNBB apontam para um “outro lugar sociocultural da religião como um todo na sociedade brasileira contemporânea” (CNBB, 2024, p.2). Este lugar é marcado pela individualização da experiência religiosa, em que as instituições religiosas perderam seu papel regulador. Percebe-se um movimento de adesão à força comunicacional de personalidades carismáticas, ou influenciadores da religião, ao passo que a palavra da instituição, do padre, do bispo, ou mesmo a do papa, ficam abaixo daquelas personalidades. Na percepção deste conselho, ocorre “uma transformação em duas vertentes fundamentais para a vivência do cristianismo/catolicismo. Da instituição para o indivíduo e do fiel para o seguidor.” (CNBB, 2024, p.4).

A “infocracia”, descrita por Byung-Chul Han, como um regime em que o excesso de informações fragmentadas dificulta o discernimento crítico, agrava ainda mais essa situação. No ambiente digital, as redes sociais se tornam o principal campo de batalha onde a fé, a política e a moral são discutidas, frequentemente sem profundidade e com simplificações perigosas. Para a Igreja, que tem como uma de suas missões a promoção de uma fé refletida e racional, essa realidade representa um enorme desafio. A rápida disseminação de desinformação, muitas vezes proveniente de grupos neopentecostais com discursos alinhados a ideologias ultraconservadoras, tensiona ainda mais a unidade

eclesiológica, levando segmentos da sociedade a verem na fé cristã um instrumento de polarização, e não de reconciliação.

Além disso, a instrumentalização política da fé, como apontado pelo Grupo de Análise de Conjuntura da CNBB, revela como setores religiosos neopentecostais se alinham a uma “teologia do domínio”, promovendo uma agenda antidemocrática e confundindo valores cristãos com objetivos políticos específicos. Diante desse contexto, percebe-se a necessidade de a Igreja no Brasil reafirmar seu papel profético de anúncio e denúncia, promovendo uma evangelização baseada no diálogo, na verdade e no compromisso com os mais vulneráveis. A defesa da verdade, contra as distorções da pós-verdade, deve ser um compromisso claro da Igreja. Isso implica formar os fiéis para uma leitura crítica da realidade, em que “cada pessoa é levada a ampliar suas competências críticas em relação às suas próprias condições reais.” (CF, 2022, n. 56), auxiliando no discernimento, no uso consciente dos meios de comunicação e a rejeição de narrativas simplistas que visam dividir a sociedade. O fortalecimento das pastorais sociais e o diálogo ecumênico e inter-religioso também se mostram fundamentais para contrapor as tendências de sectarismo e instrumentalização religiosa.

O magistério de Francisco tem se mostrado consciente e preocupado com a forma que a Igreja ocupa os distintos espaços da sociedade. Na exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, o papa nos convida para uma renovada ação evangelizadora, que alcance a “todos, em todos os lugares, em todas as ocasiões, sem demora, sem repugnâncias e sem medo” (EG, n. 23). Dialogar com a sociedade não é uma invenção de Francisco, mas se tornou a tônica de seu ministério.

Atraindo as pessoas, por meio do diálogo, poderemos promover uma harmoniosa relação com a sociedade, contribuindo para a sua construção. Durante o Concílio Vaticano II, o tema do diálogo foi abordado em vista da modernidade, que desestruturou a instituição religiosa e por sua vez a fez perder o status de promulgadora da verdade. O Concílio foi convocado para trazer novos ares, ou *aggiornamento*, à uma igreja que já dava os passos iniciais para uma grande reforma. Diferente dos outros concílios, o Vaticano II não teve o objetivo de resolver um problema, mas abrir as portas da igreja para “que pudesse voltar a ser uma força que modela o porvir” (Bento XVII, 2012). Desde o discurso de abertura do concílio, João XXIII situa este evento com o propósito de orientar a instituição na história, a fim de fazer com que “os homens, as famílias, e os povos voltem realmente a alma para as coisas celestiais” (João XXIII, 1962).

Este foi essencial para inserir a Igreja nas distintas realidades em que já anunciaava o Evangelho, reconhecendo suas respectivas culturas como direito próprio e constitutivo da dignidade humana. Todos estes processos influíram para a maior proximidade entre a mensagem anunciada e seus interlocutores, possibilitando a produção de léxicos próprios de cada igreja particular e local a fim de fazer compreensível a Boa-nova de Jesus Cristo. Em nossos dias, este formato de evangelização nos comunica a abertura do Reino e o sentido mais profundo da vocação humana, de encontrar, amar e dar glória a Deus, seu Criador.

A novidade da proposta de diálogo, segundo Francisco, vai além de dialogar com as contribuições científicas da sociedade moderna. O papa nos convida a renovar a nossa forma de nos relacionarmos, com o meio ambiente e com as pessoas em sociedade. Não foi por capricho a publicação de dois dos principais documentos de seu ministério: *Evangelii Gaudium, Laudato si'*. O primeiro parece ser um plano de governo, marcado pela alegria e entusiasmo evangélicos, que se constituem como formato primordial da evangelização. O segundo é uma chamada de atenção, não só há crise climática, mas a forma que nos relacionamos. Por meio da *Laudato si'*, Francisco nos convida a rever nossos pensamentos e comportamentos que destroem a cada comum e a sociedade, pedindo a cada cristão uma conversão ecológica.

A Igreja sempre necessita de reformas, que remodelem a sua atuação junto à sociedade. Repensar formatos e estruturas, sem afetar o conteúdo essencial da boa nova, promover uma “opção missionária capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à autopreservação.” (EG, n. 27). Neste sentido, Francisco nos surge como sinal de esperança para uma Igreja que, precisava abrir, não apenas as janelas, mas as portas e, se necessários, os telhados, para acolher os migrantes, refugiados, pobres, mulheres, adoentados, gays, transsexuais e todos os outros que necessitarem do acolhedor amor de Deus.

1.3 Influências no ambiente escolar

No cenário educacional, o paradigma tecnocrático aliado à polarização política e os efeitos da pandemia do COVID-19 também produziram um quadro conturbado. Assim como a rápida transição do sistema de ensino para a modalidade de Ensino à Distância

(EAD) permitiu a continuidade das atividades educacionais durante o período de fechamento das escolas, também evidenciou e agravou desigualdades de acesso e qualidade educacional. Estudos apontam que a taxa de evasão escolar aumentou 5,56% após a pandemia (CNBB, 2024, p. 27).

As condições para o sistema educacional brasileiro não eram das melhores. Mesmo antes da pandemia já tínhamos um quadro delicado, com pouca infraestrutura nas escolas, materiais didáticos mal distribuídos, falta de professores, e desvalorização dos docentes. O fechamento das escolas foi um catalizador para as diversas problemáticas que emergiram. O acesso limitado às tecnologias, por parte da população de baixa renda, a insegurança alimentar, violência doméstica e abuso sexual, associado à falta de orientações claras às instituições educacionais foram agravantes para a crise educacional que se instaurou.

Apesar do acesso a tecnologias de comunicação se tornar recorrente, o seu uso para o ensino à distância não era comum no Brasil. As redes sociais são os principais destinos dos jovens quando utilizam a internet, entretanto, quando nos referimos ao “uso das redes para realização de pesquisas no desenvolvimento das atividades escolares, 93% dos alunos da rede privada utilizam a internet, enquanto 65% daqueles de escola pública também o fazem.” (Barbosa, dos Anjos, Azoni, 2022, p.2). Geralmente, alunos de áreas rurais e periferias urbanas são os mais afetados por conexões instáveis ou eletrônicos impróprios para as atividades escolares. Uma pesquisa realizada com professores da educação básica aponta que “o acesso à internet foi um grande empecilho para que os alunos pudessem acessar o material e quase 98% dos entrevistados consideram que o acesso à internet foi um fator relevante para o menor rendimento dos alunos.” (Cardoso, Soares, Gonçalves, 2022, p.11). O acesso restrito às tecnologias, por parte de alunos de baixa renda, mostra-se como agravante pelo fato de nem todos terem a possibilidade de permanência em salas de aula virtual durante longo tempo.

Estes fatores resultam em exclusão digital e limita o acesso desses alunos ao ensino remoto, prejudicando seu progresso educacional. Em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi indicado que “os principais motivos para a não utilização da internet foram: o serviço de acesso à internet era caro, nenhum morador sabia usar a internet e o serviço de acesso à internet não estava disponível na área do domicílio” (Barbosa, dos Anjos, Azoni, 2022, p.4). As desigualdades socioeconômicas também influenciam a qualidade da experiência de ensino a distância. Alunos de famílias mais abastadas geralmente têm acesso a recursos educacionais

adicionais, como materiais didáticos impressos, cursos particulares online e suporte técnico. Enquanto isso, alunos de famílias mais pobres enfrentam dificuldades para adquirir esses recursos, o que pode afetar negativamente seu desempenho acadêmico.

Além dos alunos, “a maioria dos docentes não possuem tanta habilidade com as tecnologias e, para isso, precisarão estar dispostos a se adaptar ao uso das TDICs” (Castro *et al.*, 2025; *apud* Cardoso, Soares, Gonçalves, 2022, p.5). A adesão ao uso de tecnologias nas escolas é um movimento recente. Ferramentas como quadros interativos, portais educacionais disponibilizando atividades e jogos didáticos para alunos, o uso de salas virtuais para monitoria dos professores ainda são restritas à poucas escolas. Geralmente os professores não têm proximidade ou adesão a estas ferramentas.

Esta problemática resultou em outra. Já que muitos dos responsáveis por motivar e orientar os processos educacionais, isto é, os professores, não tinham aptidão para o ensino à distância, os alunos tiveram dificuldade de acompanhar as lições e aulas que eram transmitidas. Pesquisas indicam que “(...) apesar de os alunos que hoje estão matriculados na educação básica serem considerados nativos digitais, é preciso que sejam orientados pelos professores quanto ao uso consciente da tecnologia” (Silva; Correa, 2014; *apud* Cardoso, Soares, Gonçalves, 2022, p. 5). Certamente estes fatores foram decisivos para o crescimento da taxa de evasão escolar, sem saber como aconteceria o ensino e sem as ferramentas, técnicas e orientações para assistir as aulas ou fazer pesquisas, muitos alunos decidiram abortar o ano letivo.

A capacidade dos alunos de se envolverem efetivamente no EAD muitas vezes depende do suporte familiar e do ambiente de aprendizagem em casa. Alunos com acesso a um ambiente de estudo tranquilo e apoio dos pais ou responsáveis têm mais chances de se saírem bem na educação a distância. Por outro lado, estudantes que enfrentam instabilidade familiar, falta de suporte ou condições inadequadas de moradia podem ter dificuldade em acompanhar o ritmo do ensino remoto.

Mais uma vez o fato socioeconômico apresenta-se como determinante para a adequação às exigências deste período. Durante a pandemia, a fome voltou a amedrontar a maioria das famílias brasileiras, problema que estava em declínio com as políticas públicas de assistência social. Em pesquisa realizada no ano de 2022,

“o Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil apontou que 33,1 milhões de pessoas não têm garantido o que comer — o que representa 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome. Conforme o estudo, mais da metade (58,7%) da população

brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau: leve, moderado ou grave.” (Agência Senado, 2022).

Apesar de promover a segurança alimentar são ser o primeiro objetivo das escolas, em muitas situações, a merenda escolar é a primeira refeição dos alunos da rede pública de ensino. Isto torna a escola um centro educacional, mas também um meio de sobrevivência para muitos alunos.

A violência doméstica, outro fator de risco para as crianças em idade escolar, afeta especialmente as meninas. A Pesquisa Nacional de Saúde Escolar indicou que 14,6% dos estudantes na faixa etária de 13 a 17 anos já foram abusados sexualmente. Destes, 9% são meninos, enquanto 20,1% são meninas, mais que o dobro. Estes dados, além de indicarem um caso de segurança pública, alertam para a sexualização precoce de crianças e adolescentes. Segundo a mesma pesquisa, 35,4%, das crianças e adolescentes matriculados na educação básica, já iniciaram a vida sexual (CNBB, 2024, p.10).

A gravidez precoce, muitas vezes fruto da violência sexual, também atenua a problemática da evasão escolar das jovens estudantes. Este cenário coloca as meninas em situação mais vulnerário, em que, na maioria dos casos, são obrigadas a assumir responsabilidades em casa, junto com suas mães, enquanto os irmãos são isentos de tais responsabilidades. “durante a pandemia, garotas despendem pelo menos 40% a mais de tempo nos afazeres domésticos, quando comparadas a meninos, o que diminui o tempo dedicado aos estudos e a valorização da educação por parte dos pais” (CNBB, 2024, p.5). Desta forma, temos um subgrupo no quadro de agravantes do sistema educacional.

O que certamente se configurou como a maior dificuldade enfrentada pelas escolas, tanto públicas quanto particulares, foi a falta de direcionamento por parte dos órgãos nacionais de educação. Isto não ocorreu apenas pela crise sanitária, pois “os potenciais formuladores de políticas públicas em nível nacional do executivo representavam ameaça à instituição democrática construída com sangue e suor em nosso país (Fattori, Ximenes, 2021, p.70). A omissão do Ministério da Educação deixou ao desamparo os estados, que agiram por conta própria e sem diretrizes claras.

Diante da necessidade de alguma liderança na área da educação, o Conselho Nacional de Educação (CNE) foi o principal formulador de políticas públicas em âmbito nacional. Um dos importantes documentos emitidos pelo CNE deu orientações sobre como proceder naquele momento. A nota de esclarecimento publicada em março de 2020, reafirmou a necessidade de uma articulação em conjunto, que garantisse a continuidade e qualidade de ensino nas instituições educacionais (BRASIL, 2020d). Este documento

foi um marco na elaboração das políticas públicas para o tempo da pandemia, deixando claro que “todo o movimento de orientações específicas à educação durante a pandemia será marcado pelo protagonismo do Conselho Nacional de Educação, e não do MEC” (Fattori, Ximenes, 2021, p.69).

Olhando para toda esta realidade, podemos cair no risco de desenvolver um pessimismo crônico, levando-nos a crer que tudo está perdido. Porém, o objetivo da pesquisa não é este. É necessário direcionar toda atenção a realidade e aprender com o que vivemos. Desenvolver uma “escuta integral, com ouvido e com o coração, que buscam a inteireza da realidade com tudo o que ela pode trazer. E, a partir dessa escuta, perceber a vontade de Deus e os caminhos que podemos escolher.” (CF, 2022, n. 39). A percepção dos sinais dos tempos acontece por este caminho de escuta da realidade.

Precisamos superar as marcas do utilitarismo tecnocrata, promover novos formatos de relações econômicas, sociais, políticas, interpessoais e ambientais. É urgente que promovamos o “reconhecimento do lugar que a Pessoa ocupa na sociedade em que está inserida, tornando-se um agente que contribua com o desenvolvimento de uma nova cultura do acolhimento.” (CF 2022, n 56). Escutar a realidade é o primeiro passo para o diálogo, não apenas como prática pessoal, mas como cultura. Desta forma, poderemos pensar em um novo paradigma humanístico.

2 A AÇÃO EVANGELIZADORA NAS ESCOLAS CATÓLICAS

A ação evangelizadora nas escolas católicas fundamenta-se no mandato missionário da Igreja de “propagar a fé e a salvação em Cristo” (AG 5). Consciente de sua jornada histórica através de diversos contextos culturais e, em diálogo com as ciências modernas a partir do Concílio Vaticano II, “a Igreja reconhece a educação como um campo estratégico para a evangelização” (GS 58; João XXIII, 1962, p.6). Este capítulo tem como objetivo delinear, à luz do magistério da Igreja, desde o Concílio Vaticano II até o pontificado de Francisco, como compreender e atuar na área da educação católica enquanto espaço privilegiado para o anúncio do Evangelho. Para tanto, serão apresentados os principais documentos da Igreja que oferecem diretrizes e perspectivas para a ação evangelizadora no contexto escolar católico.

2.1 Concílio e conferências

Anterior ao evento conciliar convocado por João XXIII, a Igreja já demonstrava interesse em promover a unidade entre os países da América Latina. O Concílio Plenário da América Latina, celebrado no ano de 1890, em Roma, despertou os bispos desta região das américas para um trabalho de conjunto. Este concílio “não trouxe, entretanto, novidades teológicas, mas unificaram-se as diretrizes sobre a disciplina eclesiástica a ser adotada nos trabalhos das dioceses.” (Souza, 2008, p.130). Assim foi dado o primeiro passo para a forma que a Igreja na América Latina atua.

No Rio de Janeiro foi celebrada a I Conferência do Episcopado Latino-Americano entre os dias 25 de julho e 4 de agosto de 1955, no colégio *Sacré Couer*. O tema desta conferência foi: a evangelização como defesa da fé e das vocações e a preparação do clero. Circundando o tema central, foram discutidas questões intraeclesiás como “clero e auxiliares do clero (religiosos); organização e meios de apostolado; protestantismo e outros movimentos anticatólicos; atividades sociais católicas; missões, indígenas e pessoas de cor; imigração e gente do mar” (Souza, 2008, p. 130). A escassez de agentes para o apostolado da Igreja era a preocupação maior dos bispos. O clero era

reduzido e a atuação dos leigos foi citada como solução para a problemática, especialmente por conta da atuação da “Ação Católica” e outras associações de leigos.

Na ocasião da conferência, os bispos solicitaram à Santa Sé a criação de um Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). Em resposta, no dia 2 de novembro de 1955 a Igreja Latino-Americana recebeu a aprovação de tal pedido, tendo sede na cidade de Bogotá, Colômbia, presidida por D. Manuel Larrarín. Este organismo eclesial tem como função “estudar os assuntos que interessam à Igreja na América Latina; coordenar estas atividades, promover e ajudar obras católicas; preparar novas Conferências do episcopado” (Souza, 2022, p.425). Apesar de sua função não ser legislativa, este conselho é fundamental para estudo de casos e desenvolvimento de propostas para a ação evangelizadora nos países Latino-americanos.

Pouco tempo depois da I Conferência do Episcopado Latino-Americano, o papa Pio XII faleceu e foi sucedido pelo cardeal Ângelo José Roncalli, que assumiu o ministério pontifício com o nome de João XXIII (1958-1963). Seu plano de governo trouxe sucessivas surpresas com encíclicas como *Pacem in terris* e *Mater et Magistra*, “que mudaram o pensamento político da Igreja” (SOUZA, 2022, p. 430). Porém, o mais audacioso projeto de João XXIII foi o Concílio Vaticano II, cuja proposta destoava do imaginário de muitos, que acreditavam ser uma continuação do Vaticano I. O magistério daquele que ficou conhecido como “Papa bom”, foi marcado pela palavra “aggiornamento”, em italiano, “atualização”.

Na abertura da primeira sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II, o papa João XXIII afirmou que a Igreja reunida em Roma, “deve também olhar para o presente, para as novas condições e formas de vida introduzidas no mundo hodierno, que abriram novos caminhos ao apostolado católico” (p.5). Observando a realidade de seu tempo e as necessidades emergentes, este concílio renovou a postura da instituição religiosa perante a sociedade e seus avanços, marcando um novo momento da evangelização.

Por meio deste concílio a Igreja se propôs a “explicar com maior clareza aos fiéis e ao mundo inteiro, a sua natureza e a missão universal” (LM, n.1). Existindo entre duas realidades distintas, a visível e a espiritual, esta Igreja é “uma realidade única e complexa, em que se fundem dois elementos, o humano e o divino” (LM, n.8). Ela comunica à realidade visível a verdade e a graça dadas por meio da Revelação, atuando como ponte entre as nações e o Reino Celeste, cujos bens já têm como posse.

Para além do reconhecimento civil perante a sociedade, a Igreja é o Corpo de Cristo, que “pela comunicação do Espírito, constituiu misticamente como seu corpo os

seus irmãos, chamados de entre todas as gentes” (LM, n.7). Neste Corpo místico se realiza o desígnio do Pai, “chamando-nos gratuitamente a partilhar a sua própria vida e glória” (AG, n.2), ao mesmo tempo que também se realiza a missão do Espírito Santo, “instilando no coração dos fiéis aquele mesmo espírito de missão que animava o próprio Cristo” (AG, n.4). Desta forma, a Igreja é o meio pelo qual a Trindade reconstrói o ser humano desfigurado pelo pecado.

Ao anunciar as verdades reveladas, a Igreja contempla a própria natureza, o fim para o qual foi fundada: “propagar a fé e a salvação de Cristo” (AG, n.5). Nenhuma atividade missionária se volta à Igreja, e tampouco a tem como fonte. Pelo contrário, na atividade missionária “é Deus plenamente glorificado enquanto os homens por ela recebem, plena e conscientemente, a obra de salvação que ele em Cristo levou a cabo” (AG, n.7). Na unidade que se realiza no Corpo místico de Cristo, Deus “vem precisamente ao encontro das aspirações mais íntimas de todos os homens” (AG, n.7). Tais aspirações revelam um desejo profundo do ser humano em encontrar o seu Criador, um movimento que encaminha as pessoas à vida plena para o qual foram criadas.

Na constituição apostólica *Gaudium et Spes*, os padres conciliares traduzem a fé cristã em termos relevantes para as problemáticas contemporâneas. Ante a fome dos mais pobres, a disparidade social entre homens e mulheres e as condições de subjugo ao qual os operários e camponeses estavam submetidos, este documento desenvolve uma antropologia teológica, que busca “os verdadeiros sinais da presença ou da vontade de Deus” (GS, n.11). É neste documento que se fundamenta a doutrina social da Igreja, destacando a importância do engajamento dos cristãos na vida pública, na defesa dos direitos humanos e na promoção da paz.

O concílio reconhece o desejo da humanidade em fazer crescer as civilizações, estabelecendo uma “ordem política, social e econômica que sirva cada vez melhor e ajude indivíduos e grupos a afirmar e desenvolver a própria dignidade” (GS, n.9). Atesta-se, porém, um desequilíbrio nas sociedades, que é reflexo do desequilíbrio interno do próprio ser humano. Afirma-se na *Gaudium et Spes* que “enquanto por um lado, ele se experimenta, como criatura que é, multiplamente limitado, por outro sente-se ilimitado nos seus desejos, e chamado a uma vida superior.” (GS, n.10). A humanidade é, portanto, chamada por Deus a conhecê-lo. Enquanto procura na realidade terrena os meios de desenvolvimento social, encontra no próprio coração a assinatura de seu Criador, como autor de toda vida.

Os anseios de crescimento e desenvolvimento das sociedades são antes de tudo um reflexo da vontade humana de encontrar a completude. Com este desenvolvimento, “as pessoas e os grupos anelam por uma vida plena e livre, digna do homem, pondo ao próprio serviço tudo quanto o mundo de hoje lhes pode proporcionar com tanta abundância” (GS, n.9). Este trabalho, porém, é corrompido pelo egoísmo e indiferença que atingem o coração humano, motivo pelo qual, aderindo à sedução do maligno, “obscureceu-se o seu coração insensato serviu à criatura, preferindo-a ao Criador” (GS, n.13). As relações humanas, quando tomadas por esta dinâmica de abandono do Criador e exaltação da criatura, especialmente do intelecto humano, são marcadas por uma sede conquista que se distancia daquele desejo de desenvolvimento.

É certo que a inteligência humana “é capaz de atingir com certeza a verdade inteligível” (GS, n.15), mas na busca por aquela vida superior, que se expressa na bondade, verdade e amor, a inteligência encontrará a sua perfeição na sabedoria, “graças à qual ele (*o ser humano*) é levado por meio das coisas visíveis até as invisíveis” (GS, n.15). Neste caminho surgem nas sociedades as distintas culturas, como uma necessidade de desenvolver estes aqueles bens que a humanidade busca com sua inteligência, “por isso, sempre que se trata da vida humana, natureza e cultura, encontram-se intimamente ligadas” (GS, n.53). As expressões do incessante desejo de realizar-se em plenitude, refletidas nas culturas produzidas nas sociedades, confluem para a realização da vontade Deus, que se “completasse a obra da criação, ao mesmo tempo em que se vai aperfeiçoando a si mesmo” (GS, n.57).

As matérias de fé e as técnicas das ciências não são peças antagônicas na busca pela verdade. A Igreja se propõe à reflexão daquilo que é mais íntimo na busca pela realização humana. E tendo encontrado esta realização na obra salvífica do Pai, na encarnação do Filho, pela ação do Espírito Santo, a Igreja se dedica a “cultivar o espírito de modo a desenvolver-lhe a capacidade de admirar, de intuir, de contemplar, de formar um juízo pessoal e de cultivar o sentido religioso, moral e social” (GS, n.59). As culturas são indicativos da presença de Deus na história das civilizações, que “falou segundo a cultura de casa época” (GS, n.58). Por isso, a missão da Igreja também se expressa em reconhecer e trazer à luz as “sementes do Verbo” (AG, n.11) adormecidas nas culturas.

Com a declaração conciliar *Gravissimum educationis*, a Igreja reconhece a importante missão de educar as pessoas não só como necessidade social e direito inalienável de cada pessoa, mas como direito e dever da própria Igreja, em auxílio à educação familiar. Não se propõe que a Igreja assuma a integralidade do papel

educacional, pois “os pais, que transmitiram a vida aos filhos, têm uma gravíssima obrigação de educar a prole e, por isso, devem ser reconhecidos como seus primeiros e principais educadores” (GEd, p.2). Esta responsabilidade dos pais não é transferida à Igreja ou qualquer instituição de ensino regular, é, contudo, partilhada a estas que agem como colaboradoras da educação familiar.

Apesar de termos, como senso comum, a noção de que a educação é papel da escola, não podemos nos esquecer que todo processo educativo está direcionado para a vida em sociedade. A primeira dinâmica social a que somos inseridos é o seio familiar, onde aprendemos a lidar com os sentimentos e as relações interpessoais. Desta forma, a verdadeira educação tem como foco “a formação da pessoa humana em ordem ao seu fim último e, ao mesmo tempo, ao bem das sociedades de que o homem é membro e em cujas responsabilidades, uma vez adulto, tomará parte.” (GEd, p.1-2). Para isso é necessário o esforço de toda a sociedade na formação de cada pessoa.

O acesso à educação é um direito inalienável que se fundamenta na dignidade da pessoa humana. Esta dignidade, por sua vez, fundamenta-se no fato de que “o homem foi criado ‘à imagem de Deus’, capaz de conhecer e amar o seu Criador” (GE, n.12). Este conceito de dignidade, *imago Dei* (imagem de Deus), para a Igreja é instância de equidade, que faz com que a educação seja direito, não privilégio. Reconhece-se também que “os homens, mais plenamente conscientes da própria dignidade e do próprio dever, anseiam por tomar parte cada vez mais ativamente na vida social” (GEd, p.1). Por este motivo, cabe à Igreja ser promotora de um “novo humanismo”, sendo apoio fraterno à humanidade.

Sendo a Igreja “sinal e instrumento, da união íntima com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (LM, n.1), preocupa-se em promover a dignidade humana e todas as ferramentas necessárias para que a criação chegue ao seu fim último. Desta preocupação surgem inúmeros esforços em “colaborar com todos os povos na promoção da perfeição integral da pessoa humana, no bem da sociedade terrestre e na edificação dum mundo configurado mais humanamente” (GEd, p.3). Centrada na integridade da criação, cujo Criador instituiu a humanidade como senhor, a Igreja pode atuar como ponto de unidade entre os distintos povos em prol de uma sociedade mais humana.

Estas afirmações proferidas pela Igreja, por meio do concílio são recebidas e contextualizadas para as diversas igrejas locais, por meio de seus bispos e as respectivas conferências. Em Medellín, o CELAM promoveu a II Conferência Episcopal Latino-Americana, no ano de 1968, com o tema “A Igreja na atual transformação da América

Latina à luz do Concílio". Foram abordados três subtemas: promoção humana, evangelização e crescimento da fé e a Igreja visível e suas estruturas; a partir destes subtemas foram produzidos 16 documentos, que seguindo o método "ver, julgar, agir", apresentam uma análise crítica da realidade, identificam as interpelações que brotam dela à luz das Escrituras, do Magistério e da Tradição, para, enfim, propor pistas de ações pastorais. Esta conferência tem particular importância porque "foi em Medellín que nasceu o pensamento cristão e teológico latino-americano" (Souza, 2008, p.134), fazendo ressoar as vozes proféticas, com as denúncias à desigualdade econômica, violências e explorações. A Conferência de Medellín foi a responsável por inserir na Igreja Latino-Americana o conceito de "opção preferencial pelos pobres".

Fazendo ecoar as vozes do concílio, a conferência de Medellín aborda o tema da educação no documento 4, sobre a promoção humana, expressando sua preocupação com os "homens marginalizados da cultura, os analfabetos e especialmente os analfabetos indígenas" (DMed. 1968, p.20). O modelo educacional foi criticado sob a prerrogativa de que estão "orientados para a manutenção das estruturas sociais e econômicas imperantes, mais do que para sua transformação" (DMed. 1968, p.21). Em contrapartida, apontou-se para a necessidade de uma educação libertadora, que "transforma o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento" (DMed. 1968, p.22). Segundo Medellín, a educação deve criar, no sentido de antecipar, como um vislumbre, a sociedade que busca para si, a fim de que os jovens possam atuar como artífices das mudanças que a sociedade necessita.

Em Puebla, celebrou-se a III Conferência do Episcopado Latino-Americano, no ano de 1979 com o tema "Evangelização no presente e no futuro da América Latina". Inspirada pela exortação *Evangelii Nuntiandi* de Paulo VI, a conferência destacou a necessidade de uma Igreja que testemunhe, proclame e atue com justiça e amor. Puebla deu ênfase à evangelização de setores como a família, juventude, camponeses e operários, além de reforçar a importância das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da solidariedade como chave para a superação das injustiças. A conferência também propôs uma cristologia contextualizada, integrando todos os seres humanos sem preconceitos e comprometendo-se especialmente com os pobres. Puebla reafirmou a continuidade da visão de Medellín, destacando a libertação para a comunhão e participação e promovendo uma Igreja como sacramento de comunhão e serviço, em fidelidade a Cristo e ao ministério apostólico.

Se em Medellín foi enfatizada a necessidade de uma educação libertadora, em Puebla foi reforçada a necessidade de uma ação coordenada, que resultasse no

desenvolvimento de um “projeto educativo cristão em nível nacional ou continental” (DP, nº 1050). No intervalo entre estas duas conferências as problemáticas sociais não tiveram solução adequada. As estruturas de pobreza, o analfabetismo entre os povos indígenas e os mais pobres, associado ao crescimento demográfico somente fizeram alargar o abismo social entre as classes econômicas. Em resposta, Puebla chama a atenção para um modelo de educação evangelizadora, que humanize o ser humano a fim de que “desenvolva plenamente o seu pensamento e sua liberdade (...) por meio destes, o próprio homem humaniza o seu mundo, produz cultura e constrói a história” (DP, nº 1025). Neste processo, os religiosos educadores têm papel fundamental, negando o elitismo e a mentalidade classista que possa permear as escolas confessionais, produzindo, em contrapartida, “os agentes da transformação permanente e orgânica que a sociedade da América requer” (DP, nº 1033).

A IV Conferência do Episcopado Latino-Americano foi celebrada em Santo Domingo, no ano de 1992. Esta conferência marcou uma importante inflexão na eclesiologia da Igreja Latino-Americana e Caribenha, ao reunir duas abordagens: a continuidade da linha de Medellín e Puebla, com foco na libertação dos pobres, e a Nova Evangelização, proposta pelo pontificado de João Paulo II, que buscava resgatar a identidade cristológica de Jesus e salvaguardar a Tradição da Igreja. Embora Santo Domingo tenha adotado o método "Ver-Julgar-Agir" para promover uma maior coerência entre doutrina e prática pastoral, foi criticado por seu silêncio em relação à Teologia da Libertação e por substituir o conceito de "libertação" por "promoção humana" e "cultura de vida". A missiologia do encontro destacou a inculturação e a promoção humana como eixos centrais da Nova Evangelização, abordando temas como direitos humanos, pobreza, ecologia e família, considerados "sinais dos tempos" que demandam a ação da Igreja. Assim, Santo Domingo representou uma síntese crítica entre a Nova Evangelização e a trajetória da Igreja na América Latina.

O documento final desta conferência destaca a educação como um elemento essencial da Nova Evangelização, ressaltando seu papel na promoção humana e na inculturação dos valores cristãos. A educação “recolhe a memória do passado, ensina a viver hoje e se projeta para o futuro” (DSD, nº 263), ela assimila a cultura em que está inserida. Na perspectiva cristã, ela garante que os valores evangélicos iluminem o processo educativo e formem cidadãos comprometidos com a justiça e o bem comum. A educação é reconhecida como um direito fundamental de todos e um meio essencial para superar a pobreza e a exclusão social. Nesse contexto, as escolas católicas e universidades

são vistas como espaços privilegiados para a formação cristã, pois a “educação é a mediação metodológica para a evangelização da cultura. (DSD, nº 271), promovendo a paz, justiça e respeito pelos direitos humanos, sendo um instrumento para superar desigualdades e fortalecer os valores cristãos na sociedade. A conferência de Santo Domingo reforça o caráter eclesiológico e missionário da educação, que deve ser, acessível a todos e orientada para uma visão cristã do mundo, respondendo aos desafios contemporâneos com coerência entre fé e vida.

A V Conferência do Episcopado Latino-Americano, celebrada em 2007, em Aparecida, teve como tema “Discípulos missionários de Jesus Cristo, para que nele nossos povos tenham vida”. Nesta conferência foi reafirmada a missão evangelizadora da Igreja na América Latina, enfatizando a necessidade de uma fé sólida, alicerçada na doutrina e na espiritualidade, para contribuir com uma sociedade mais justa e cristã. No discurso de abertura, o papa Bento XVI destaca que a Igreja é a "casa" dos fiéis e que a evangelização deve estar sempre unida à promoção humana e à libertação cristã. A Igreja é chamada a fortalecer a formação de seus membros, revitalizar suas estruturas pastorais e alimentar-se da Eucaristia para sustentar sua caminhada. Reafirma-se a opção preferencial pelos pobres e a necessidade de transformar as estruturas sociais à luz do Evangelho, testemunhando o amor de Cristo. Diante das crises culturais e sociais, a Igreja deve resgatar a dignidade humana e denunciar ideologias contrárias à fé cristã.

Para esta conferência, a educação é “lugar privilegiado de formação e promoção integral” (DAp, nº329). Os processos educativos são entendidos como meio de transformação da sociedade, por isso a necessidade de desenvolver projetos humanizantes, que coloquem a pessoa no centro de todos os processos. Segundo o documento, “A educação é católica, pois os princípios evangélicos se convertem para ela em normas educativas, motivações internas e, ao mesmo tempo, em metas finais” (DAp, nº335). Desta forma, a conferência deseja “resgatar a identidade católica de nossos centros educacionais por meio de um impulso missionário corajoso e audaz” (DAp, nº 337), que forme discípulos missionários, não só os estudantes, mas toda a comunidade educativa.

2.2 Magistério de Francisco

O pontificado do Papa Francisco, iniciado em 2013, configura-se como um marco significativo na história recente da Igreja Católica, ao promover uma renovação pastoral marcada pela centralidade na misericórdia, no cuidado com os pobres e na sinodalidade. Herdeiro das inquietações do Concílio Vaticano II, Francisco assume o desafio de conduzir a Igreja num mundo globalizado, marcado pela exclusão social, pela indiferença e pela crise ambiental. Sua eleição representa, nesse sentido, a continuidade de um processo eclesial iniciado com João XXIII e aprofundado por seus sucessores, mas com uma forte ênfase na vivência concreta do Evangelho nas periferias existenciais do mundo. O papa latino-americano inspira-se na Teologia do Povo e no Documento de Aparecida, do qual foi um dos principais redatores, propondo uma Igreja em saída, missionária e comprometida com os clamores dos mais vulneráveis.

A atenção aos pobres e o chamado à conversão pastoral são características marcantes de seu magistério, como se evidencia nas exortações *Evangelii Gaudium* e *Querida Amazônia*. Para Francisco, a misericórdia é o critério hermenêutico de toda a ação eclesial. Ao invés de uma Igreja autorreferencial e presa a estruturas de poder, o papa propõe uma comunidade de discípulos missionários, movida pela compaixão e pelo cuidado. A centralidade da misericórdia revela-se não apenas como tema doutrinal, mas como uma espiritualidade vivida, que interpela a prática concreta da Igreja, especialmente no acolhimento aos descartados da sociedade. O magistério de Francisco, portanto, é fortemente influenciado pela realidade concreta dos povos, buscando uma escuta ativa e o discernimento das moções do Espírito na vida do povo de Deus.

Além disso, o contexto eclesial em que se insere o pontificado de Francisco é marcado por uma crescente demanda por participação, escuta e corresponsabilidade dos leigos e leigas. A convocação do processo sinodal sobre a sinodalidade, iniciado em 2021, representa o esforço de Francisco por concretizar uma eclesiologia de comunhão, resgatando a dimensão colegial da Igreja e promovendo uma escuta efetiva de todas as suas instâncias, especialmente das margens. O papa encoraja a superação do clericalismo e aposta numa Igreja horizontal, aberta ao diálogo com o mundo e à construção de caminhos novos. Como afirma o artigo de Sarto (2020), Francisco comprehende a missão da Igreja como expressão do amor misericordioso de Deus, especialmente para com os pobres, sendo essa a chave de leitura de todo o seu magistério. Trata-se, enfim, de um pontificado profundamente marcado por uma espiritualidade encarnada e profética, que se deixa interpelar pelos sinais dos tempos.

A exortação apostólica *Evangelii Gaudium* (EG), publicada em 2013 pelo Papa Francisco, irrompe no cenário eclesial como um chamado urgente e vibrante à renovação da missão evangelizadora da Igreja. Desde as primeiras linhas, o documento estabelece a alegria como o motor fundamental dessa missão: "A alegria do Evangelho enche o coração e a vida inteira daqueles que se encontram com Jesus. Quantos se deixam salvar por Ele são libertados do pecado, da tristeza, do vazio interior, do isolamento" (EG, n.1). Essa alegria, fruto do encontro pessoal com Cristo, impulsiona a Igreja a abandonar a auto referencialidade e a abraçar a dinâmica da "Igreja 'em saída'" (EG, n.24), indo ao encontro das pessoas nas suas mais diversas realidades, especialmente nas periferias existenciais e sociais. Tal movimento exige uma profunda conversão pastoral em todas as instâncias eclesiás, visando uma estrutura mais missionária e a serviço do Reino.

No coração da mensagem de Francisco reside a centralidade da misericórdia divina como critério fundamental da ação evangelizadora. A Igreja é convocada a ser um espaço de acolhimento e cura, um "hospital de campanha" (EG, n.46) para aqueles que se encontram feridos e necessitados. O Papa enfatiza que "a Igreja deve ser o lugar da misericórdia gratuita, onde todos se possam sentir acolhidos, amados, perdoados e animados a viver segundo a vida boa do Evangelho" (EG, n.114). Essa ênfase na misericórdia, longe de relativizar a verdade, busca apresentá-la com um rosto mais humano e compreensivo, capaz de alcançar aqueles que se sentem distantes. Ademais, o documento sublinha a intrínseca dimensão social da evangelização, clamando por um compromisso concreto com a justiça e com os pobres, pois "para a Igreja, a opção pelos pobres é uma categoria teológica antes que cultural, sociológica, política ou filosófica" (EG, n.198).

Para concretizar essa visão renovada, *Evangelii Gaudium* propõe diversas linhas de ação para a Igreja, incluindo uma maior sinodalidade e colegialidade, a valorização do laicato como protagonista da evangelização – afinal, "os leigos são simplesmente a imensa maioria do Povo de Deus" (Francisco, 2013, n. 102) –, a reforma das estruturas eclesiás para uma maior missionariedade e a renovação da pregação e da catequese. Em última análise, a eficácia da evangelização reside em uma profunda espiritualidade missionária, alimentada pela oração e pela docilidade ao Espírito Santo. O chamado final do Papa é um convite a deixar-se transformar pelo encontro com Cristo para anuciá-lo com ousadia e fidelidade: "Deixemo-nos mover, deixemo-nos iluminar, deixemo-nos transformar por Ele, para que anunciemos e testemunhemos Jesus Cristo com ousadia e fidelidade" (Francisco, 2013, n. 259).

A encíclica *Lumen Fidei* (LF), publicada pelo Papa Francisco em 29 de junho de 2013, embora iniciada pelo Papa Bento XVI, carrega a marca do magistério de seu sucessor ao explorar a fé como uma luz capaz de iluminar toda a existência humana. O documento se propõe a resgatar a compreensão da fé em sua dimensão cognitiva e transformadora, contrapondo-se a uma visão meramente sentimental ou obscurantista. Logo em sua introdução, a encíclica afirma: "Quem crê vê; vê com uma luz que ilumina todo o percurso da estrada, porque nos vem de Cristo, estrela matutina que não conhece ocaso" (LF, n.1). Essa metáfora da luz permeia todo o texto, ressaltando o caráter revelador e orientador da fé para a inteligência e para a ação humana, dissipando as trevas do relativismo e da incerteza.

A encíclica traça um percurso histórico da fé, desde a chamada de Abraão até a plenitude da revelação em Jesus Cristo, destacando a sua intrínseca ligação com a escuta da Palavra e com a comunhão eclesial. A fé não é um ato isolado, mas se alimenta da tradição viva da Igreja e se fortalece no encontro com o outro. Nesse sentido, o documento enfatiza a importância da transmissão da fé através do testemunho e da catequese, como uma corrente que atravessa as gerações. Segundo Francisco, "A fé é escuta e visão. Assim se realiza também na transmissão, como um diálogo, no qual, através da palavra e do gesto, se comunica a outros a própria visão" (LF, n.28). A comunidade crente se torna, portanto, o lugar privilegiado para o nascimento, o crescimento e a sustentação da fé individual.

Em suas considerações finais, *Lumen Fidei* explicita a relação essencial entre a fé e a verdade, o amor e a esperança. A fé, longe de alienar da realidade, abre horizontes de sentido e oferece um fundamento sólido para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna. O documento conclui com um olhar para Maria, modelo de fé e mãe da esperança, invocando sua intercessão para que a luz da fé continue a iluminar o caminho da Igreja e da humanidade. "Maria, Mãe amada, que acolheu a Palavra de Deus com fé plena no corpo e na alma, que na fé gerou a luz para os homens, acompanha-nos com a tua intercessão" (LF, n.60). Assim, a encíclica se configura como um convite a redescobrir a beleza e a fecundidade da fé como dom e compromisso, capaz de transformar a vida e o mundo.

A encíclica *Laudato Si'* (LS), publicada pelo Papa Francisco em 24 de maio de 2015, representa um marco no pensamento social católico ao abordar de forma abrangente e urgente a crise socioambiental que aflige o planeta. O documento não se limita a questões ecológicas, mas estabelece uma profunda interconexão entre a degradação

ambiental e a injustiça social, propondo uma "ecologia integral" que considere as dimensões humanas, sociais, econômicas e espirituais da crise. Logo em suas primeiras páginas, Francisco clama:

Esta irmã [a Terra] clama-nos por causa do mal que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou. Crescemos pensando que éramos seus proprietários e dominadores, autorizados a depredá-la a nosso bel-prazer (LS, n.2).

Essa constatação da exploração desenfreada dos recursos naturais e de suas consequências para os mais vulneráveis permeia toda a reflexão da encíclica.

O Papa Francisco analisa as raízes da crise ecológica, identificando-as em uma visão tecnocrática e antropocêntrica desviada, que prioriza o lucro e o paradigma do domínio sobre a natureza. Ele critica o consumismo desenfreado, o descarte e a falta de preocupação com as futuras gerações, expondo as graves consequências do modelo de desenvolvimento vigente para o planeta e para a dignidade humana. Como expressou-se na encíclica:

"O ambiente humano e o ambiente natural degradam-se juntos; e não podemos enfrentar adequadamente a degradação ambiental, se não prestarmos atenção às causas que têm a ver com a degradação humana e social" (LS, n.48).

Essa perspectiva da ecologia integral ressalta a urgência de uma conversão ecológica que envolva uma mudança de mentalidade, de valores e de estilos de vida.

Diante da magnitude da crise, o Papa Francisco propõe um diálogo global e interdisciplinar, convocando governos, empresas, comunidades científicas, religiões e cada cidadão a assumirem suas responsabilidades na busca por soluções sustentáveis. O documento enfatiza a necessidade de políticas públicas corajosas, de uma economia mais justa e solidária, e de uma educação para a responsabilidade ambiental. Além disso, Francisco ressalta a importância de uma espiritualidade ecológica que reconheça o valor intrínseco de cada criatura e a nossa interdependência com toda a criação, pois "a crise ecológica é um apelo a uma profunda conversão interior" (LS, n.217). Em suma, a encíclica *Laudato Si'* é um chamado profético à ação, um convite a cuidar da nossa "casa comum" e a construir um futuro mais justo, sustentável e fraterno para toda a família humana.

A exortação apostólica pós-sinodal *Amoris Laetitia* (AL), publicada pelo Papa Francisco em 2016, representa um marco no tratamento das questões familiares pela

Igreja Católica. Fruto de dois Sínodos sobre a família, o documento busca oferecer uma perspectiva pastoral renovada, centrada na misericórdia e no discernimento diante da complexidade das situações vividas pelas famílias contemporâneas. Longe de apresentar soluções simplistas, o Papa convida a uma leitura atenta da realidade, reconhecendo as "inúmeras situações diferentes, unidas pelo mesmo desejo de amar e de ser amados, embora marcadas por muitos limites e feridas" (AL, n.3). Essa abordagem se distancia de um idealismo abstrato, buscando aproximar a doutrina da vida concreta das pessoas.

Um dos pontos centrais desta exortação é o convite ao discernimento pessoal e pastoral. O documento enfatiza que "nem todas as discussões doutrinais, morais ou pastorais devem ser resolvidas por intervenções magisteriais" (AL, n. 3). Essa afirmação abre espaço para uma maior consideração das circunstâncias individuais e da consciência de cada pessoa no processo de tomada de decisões morais, especialmente em relação a situações familiares complexas. O Papa Francisco insiste na necessidade de "acompanhar, discernir e integrar a fragilidade" (AL, n.291), propondo uma pastoral da misericórdia que não julga nem exclui, mas busca caminhos de inclusão e crescimento na fé para todos.

A exortação também oferece reflexões profundas sobre o amor conjugal e familiar, inspiradas na Sagrada Escritura e na tradição da Igreja. O Papa descreve o amor como um processo dinâmico, marcado por alegrias e desafios, que exige cuidado, paciência e perdão. Ele cita o hino à caridade de São Paulo (1 Cor 13, 4-7) para ilustrar as características essenciais do amor verdadeiro: "O amor é paciente, é benigno; não arde em ciúmes, não se ufana, não se ensoberbece, não se porta inconvenientemente, não busca os seus próprios interesses, não¹ se irrita, não guarda rancor" (AL, n.91). *Amoris Laetitia* convida as famílias a viverem a alegria do Evangelho, reconhecendo a beleza e a importância de sua vocação na Igreja e na sociedade.

A exortação apostólica *Gaudete et Exsultate* (GEx), publicada pelo Papa Francisco em 2018, direciona o olhar para a vocação universal à santidade no mundo contemporâneo. Longe de restringir a santidade a um grupo seleto, o documento afirma que "todos somos chamados a ser santos vivendo com amor e oferecendo o próprio testemunho nas ocupações de cada dia, onde cada um se encontra" (GEx, n.14). Essa perspectiva desmistifica a santidade, apresentando-a como um caminho acessível a todos os batizados, independentemente de seu estado de vida ou condição social. O Papa enfatiza que a santidade se manifesta nas pequenas coisas, nos gestos cotidianos de amor, paciência e serviço.

Um dos aspectos centrais da *Gaudete et Exsultate* é o alerta contra certas formas de "gnosticismo" e "pelagianismo" contemporâneos que obscurecem a verdadeira natureza da santidade. O gnosticismo, segundo o Papa, "trata-se duma vaidosa superficialidade: muito movimento à superfície da mente, mas não se move nem se comove a profundidade do pensamento." (GEx, n.38). Já o pelagianismo deposita excessiva confiança nas próprias forças e capacidades, "basicamente costumam transmitir a ideia de que tudo se pode com a vontade humana, como se esta fosse algo puro, perfeito, omnipotente, a que se acrescenta a graça" (GEx, n.49). Em contraposição a essas tendências, Francisco insiste que "a santidade a que o Senhor te chama cresce através de pequenos gestos" (GEx, n.16) e que a humildade, a vigilância e o reconhecimento da própria fragilidade são essenciais no caminho da santificação.

Por meio do documento, o papa também oferece conselhos práticos para viver a santidade no mundo atual, marcado por desafios como o consumismo, a indiferença e o individualismo. O Papa exorta a cultivar a alegria, o senso de humor, a audácia e o fervor, sem cair na tentação de uma santidade "triste, azeda, desencantada ou com cara de vinagre" (GE, n.126). Ele destaca a importância da oração constante, da participação nos sacramentos, da prática da caridade e do compromisso com a justiça social como meios concretos de crescer na santidade. *Gaudete et Exsultate* é, portanto, um chamado vibrante a redescobrir a beleza e a urgência do chamado à santidade em meio às realidades do século XXI.

A exortação apostólica pós-sinodal *Christus Vivit* (CV), publicada pelo Papa Francisco em 2019, é um documento profundamente dedicado aos jovens, fruto do Sínodo dos Bispos para a juventude, com o tema: "Os jovens, a fé e o discernimento vocacional". O Papa se dirige diretamente aos jovens, reconhecendo seus anseios, desafios e potencialidades no mundo contemporâneo. Ele os encoraja a serem protagonistas de sua própria história e da história da Igreja, afirmando com veemência: "Cristo vive! Ele é a nossa esperança, e a mais bela juventude deste mundo! Tudo o que ele toca torna-se jovem, novo, cheio de vida" (CV, n.1). Essa afirmação central permeia todo o documento, buscando despertar nos jovens a consciência da presença viva de Cristo em suas vidas e a alegria do Evangelho.

A exortação aborda diversas questões cruciais para a juventude atual, como a busca por sentido, as dificuldades no mundo do trabalho, a influência das tecnologias digitais, a importância do discernimento vocacional e a necessidade de um acompanhamento pastoral renovado. O Papa não hesita em reconhecer as feridas e os

sofrimentos dos jovens, como os abusos sexuais e as diversas formas de exclusão social, mas também destaca seu potencial para transformar a sociedade. Ele exorta a Igreja a escutar os jovens com atenção, a aprender com eles e a oferecer espaços de participação e protagonismo. Nesse sentido, Francisco afirma:

"Muitos jovens são pobres, explorados e vítimas de violência. Outros crescem em famílias desfeitas, experimentam dificuldades emocionais, mentais e de saúde. A Igreja quer ser a casa que acolhe a todos, com todas as suas vidas" (CV, n.76).

O documento conclama a uma renovação da pastoral juvenil, que seja capaz de ir ao encontro dos jovens onde eles estão, utilizando uma linguagem acessível e relevante para sua realidade. O Papa Francisco incentiva a criatividade, a ousadia e a busca por novos caminhos para anunciar o Evangelho às novas gerações. Ele sublinha a importância da amizade com Jesus, da oração, dos sacramentos e do serviço aos outros como fontes de crescimento na fé e de discernimento vocacional. *Christus Vivit* é, portanto, um convite apaixonado à Igreja e aos próprios jovens a caminharem juntos, construindo um futuro de esperança e de vida plena em Cristo.

A encíclica *Fratelli Tutti* (FT), publicada pelo Papa Francisco em 2020, emerge como um profundo apelo à fraternidade e à amizade social em um mundo marcado por divisões, desigualdades e individualismo. Inspirado na figura de São Francisco de Assis, o documento convida a repensar as relações humanas a partir da perspectiva da fraternidade universal, reconhecendo em cada pessoa, independentemente de sua origem, condição social ou crença, um irmão ou irmã a ser amado e respeitado. O Papa denuncia as "sombrias de um mundo fechado" (FT, n.12), como o descarte, a indiferença, a cultura do muro e a globalização da indiferença, clamando por uma abertura radical ao outro e pela construção de um mundo mais justo e solidário.

Um dos pilares centrais da *Fratelli Tutti* é a insistência na dignidade intrínseca de cada ser humano e na necessidade de promover uma cultura do encontro, capaz de superar as barreiras ideológicas, políticas e econômicas que fragmentam a sociedade. O Papa Francisco critica as formas de nacionalismo fechado e agressivo, bem como as lógicas econômicas que priorizam o lucro em detrimento do bem comum e da justiça social. Ele ressalta que

"a fragilidade dos sistemas mundiais perante a pandemia demonstrou que nem tudo se resolve com a liberdade de mercado e que, além de reabilitar uma política sá, capaz de guiar, coordenar e limitar, não se pode renunciar a reconhecer que 'existe um dom

gratuito que precede o nosso existir e as nossas capacidades'" (FT, n.116).

A encíclica propõe um modelo de desenvolvimento humano integral, que coloque a pessoa no centro e promova a inclusão, a participação e a solidariedade em todos os níveis.

A *Fratelli Tutti* oferece um roteiro para construir essa fraternidade universal, enfatizando a importância do diálogo sincero e paciente, da busca pelo consenso e do perdão como ferramentas para superar conflitos e construir a paz. O Papa clama por uma reforma das instituições internacionais, para que sirvam verdadeiramente ao bem comum da família humana, e por um compromisso renovado com a ética nas relações internacionais. Ele conclui com um apelo à esperança e à ação conjunta: "Sonhemos como uma única humanidade, como caminhantes da mesma carne humana, como filhos desta mesma terra que alberga a todos nós, cada qual com a riqueza da sua fé ou das suas convicções, cada qual com a própria voz, todos irmãos!" (FT, n.8). A encíclica se configura, assim, como um chamado urgente à conversão dos corações e das estruturas para a construção de um futuro mais fraterno e humano.

A exortação apostólica pós-sinodal Querida Amazônia (QA), publicada pelo Papa Francisco em 2020, é uma profunda reflexão sobre a região amazônica, tendo como motivação o Sínodo dos Bispos para a Pan-Amazônia. O documento apresenta uma visão integral da Amazônia, abordando suas dimensões social, cultural, ecológica e pastoral, e expressa a profunda preocupação do Papa com a destruição ambiental, as injustiças sociais e a necessidade de uma evangelização encarnada na realidade local. Francisco clama, mais uma vez, por uma "conversão integral" (QA, n.66) que envolva a Igreja e toda a sociedade na defesa da vida, da dignidade dos povos indígenas e da preservação desse bioma crucial para o planeta.

Por meio desta exortação denuncia veementemente as ameaças que pairam sobre a região, como o extrativismo predatório, o desmatamento, as queimadas, a contaminação das águas e a violência contra as comunidades tradicionais. O Papa ecoa o grito dos povos indígenas, reconhecendo sua sabedoria ancestral, sua profunda conexão com a terra e seu papel insubstituível na proteção da floresta. Ele critica as políticas econômicas que priorizam o lucro a curto prazo em detrimento do bem comum e do futuro da Amazônia, afirmando que "os interesses econômicos dos poderes internacionais são enormes" (QA, n. 13) e exercem uma pressão destrutiva sobre a região. O documento ressalta a urgência

de modelos de desenvolvimento sustentável que respeitem a natureza e os direitos dos povos originários.

No âmbito pastoral, a Querida Amazônia propõe uma Igreja com "rosto amazônico" (QA, n.6), capaz de se encarnar na cultura e nas necessidades específicas da região. O Papa defende a valorização das expressões de fé locais, a formação de ministros ordenados autóctones e a adaptação da liturgia e dos sacramentos à realidade amazônica, respeitando a diversidade cultural e promovendo um diálogo intercultural enriquecedor. Ele conclui com um apelo à ação concreta e à esperança, convidando todos a se sentirem responsáveis pela Amazônia e a se comprometerem com sua proteção e com o bem-estar de seus povos.

A exortação apostólica *Laudate Deum* (LD), publicada pelo Papa Francisco em 2023, surge como um urgente apelo a dar continuidade e concretude aos temas abordados na encíclica *Laudato Si'* de 2015. O documento retoma a preocupação central com a crise climática e a degradação ambiental, atualizando o debate à luz dos eventos recentes e da crescente evidência científica. Francisco expressa sua apreensão com a lentidão e a falta de compromisso efetivo por parte da comunidade internacional, alertando que "o mundo que nos acolhe, está-se a esbороar e talvez a aproximar-se de um ponto de rutura" (LD, n.2). Essa constatação impulsiona o Papa a reforçar a necessidade de ações radicais e imediatas para proteger a Casa Comum.

Um dos pontos cruciais de *Laudate Deum* é a crítica contundente ao negacionismo climático e ao tecnocratismo exacerbado. O Papa denuncia as tentativas de minimizar ou ridicularizar a crise ecológica, bem como a crença ingênuas de que a tecnologia, por si só, será capaz de solucionar os problemas ambientais. Ele enfatiza a interconexão entre a degradação ambiental e a injustiça social, mostrando como os mais pobres e vulneráveis são os que mais sofrem as consequências das mudanças climáticas. Nesse sentido, Francisco afirma que "não podemos continuar a pensar apenas em remédios técnicos para os problemas ambientais, isolados dos aspectos humanos e sociais" (LD, n.32). O documento clama por uma mudança de paradigma que coloque a dignidade humana e o cuidado com a criação no centro das decisões políticas e econômicas.

A *Laudate Deum* conclama a uma ação multilateral mais eficaz e corajosa, capaz de superar os interesses particulares e as lógicas de curto prazo. O Papa insiste na urgência de uma transição para fontes de energia limpa e renovável, na promoção de modelos de produção e consumo mais sustentáveis e na adoção de políticas públicas que protejam a biodiversidade e os ecossistemas. Ele reconhece os avanços alcançados em algumas

instâncias, mas lamenta a falta de ambição e de compromissos vinculantes em nível global. A exortação termina com um chamado à esperança ativa e à responsabilidade individual e coletiva: "Não há volta atrás. Já não podemos dizer que não sabíamos. Já não temos a desculpa da ignorância. E estamos a ponto de poder intervir" (LD, n.57). *Laudate Deum* é, portanto, um vigoroso lembrete da urgência de cuidar do planeta e de construir um futuro mais justo e habitável para as próximas gerações.

A encíclica *Dilexit Nos* (DN), publicada pelo Papa Francisco em 2024, apresenta uma profunda meditação sobre o amor humano e divino do Coração de Jesus, buscando reacender nos fiéis a admiração por este mistério central da fé cristã. Logo na introdução, o papa estabelece o tom de sua reflexão, afirmando:

"O amor com que Jesus Cristo nos amou e continua a amar é insondável. Este amor manifesta-se de modo eminentemente no seu Coração, que foi trespassado na cruz e que permanece para sempre a fonte donde jorra a vida nova" (DN, n.1).

Francisco convida a contemplar o Coração de Jesus como o epicentro do amor redentor de Deus, um amor que se doa sem reservas e que se manifesta de forma concreta e histórica.

Um dos pontos cruciais da encíclica é a exploração da íntima ligação entre o amor divino e a humanidade de Jesus, expressa de maneira singular em seu Coração. O Papa Francisco enfatiza que o Coração de Cristo não é apenas um símbolo, mas a própria realidade de um amor que se encarnou e se entregou por nós até a morte. Ele escreve:

"No Coração do Verbo encarnado pulsa o coração humano de Jesus, cheio de amor pelo Pai e pelos homens. Este Coração, que amou tanto o mundo (cf. Jo 3, 16) a ponto de dar a sua vida por ele, é a fonte da nossa salvação e o objeto da nossa veneração" (DN, n.5).

A encíclica nos recorda que, ao contemplarmos o Coração de Jesus, somos confrontados com a profundidade do amor de Deus que se fez próximo e acessível à nossa humanidade.

O papa exorta os fiéis a responderem a este amor infinito do Sagrado Coração através de uma vida de fé, esperança e caridade. Somos chamados a uma renovada devoção, que se traduz em gestos concretos de amor e misericórdia para com o próximo. Francisco afirma: "A devoção ao Sagrado Coração de Jesus é, portanto, um caminho de encontro com Deus que nos amou até ao extremo (cf. Jo 13, 1), e ao mesmo tempo um exercício de amor que nos transforma e nos torna capazes de amar como Ele amou" (DN,

n.8). A encíclica conclui com um convite à confiança e à entrega ao Coração de Jesus, fonte de paz e de esperança para toda a humanidade.

2.3 Convocados ao novo humanismo

No dia 12 de setembro de 2019, o Papa Francisco lançou o convite para reconstruir o pacto educativo. A principal motivação para este pacto é construir um futuro mais solidário e sustentável, através de uma renovada abordagem educacional. Em sua mensagem de lançamento, o papa expressou a necessidade de "dialogar sobre o modo como estamos a construir o futuro do planeta e sobre a necessidade de investir os talentos de todos" (Francisco, 2019, p. 1). Essa convocação inicial já aponta para a amplitude dos desafios que motivam o Pacto, desde questões ambientais até a necessidade de engajamento coletivo na construção de um futuro melhor.

Em 2015, dialogando com os participantes do Congresso mundial promovido pela, então, congregação para a educação católica, o papa já chamava a atenção para necessidade de renovar o pacto educativo. O congresso teve como tema: educar hoje e amanhã, uma paixão que se renova. Na ocasião, educadores tiveram a oportunidade de fazer perguntas ao papa. Em uma de suas falas, Francisco criticou a seletividade elitista que pode estar presente nas escolas. O papa disse que esta realidade nos leva a uma "seletividade humana" e por isto "o pacto educativo entre a família e a escola, interrompeu-se! Deve-se recomeçar. Também o pacto educativo entre a família e o estado: interrompeu-se." (Francisco, 2015, p.2). Estas três realidades, família, Estado e escola, são as responsáveis por conduzir crianças e jovens ao desenvolvimento de sua humanidade, mais que a aprendizagem de técnicas de produção.

Um dos pilares fundamentais do Pacto Educativo Global é a promoção de um novo humanismo, capaz de responder às expectativas do homem contemporâneo e ao designio de Deus. O Papa Francisco convida a "cultivar, juntos, o sonho dum humanismo solidário" (Francisco, 2019, p. 2), que coloque a dignidade humana no centro e promova relações fraternas e de justiça. A Congregação para a Educação Católica, no documento "Educar ao Humanismo Solidário", aprofunda essa visão, ressaltando a necessidade de "humanizar a educação" (Congregação para a Educação Católica, 2017, p. 2), construindo uma "civilização do amor" (Congregação para a Educação Católica, 2017, p. 4). Esse

novo humanismo implica uma formação integral da pessoa, que considere não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também o ético, social e espiritual.

A necessidade de uma conversão ecológica integral também se apresenta como uma motivação crucial para o Pacto Educativo Global. Em sua mensagem de lançamento, o Papa Francisco remete à encíclica *Laudato Si'*, na qual já havia feito um apelo à colaboração na salvaguarda da "casa comum" (Francisco, 2019, p. 1). O Pacto Educativo busca, portanto, fomentar uma "nova solidariedade universal e uma sociedade mais acolhedora" (Francisco, 2019, p. 1) que inclua o cuidado com o meio ambiente. A interconexão entre as crises social e ambiental é reconhecida, e a educação é vista como um instrumento fundamental para promover uma consciência ecológica e práticas sustentáveis. O Papa Francisco, no encontro "Religiões e Educação: Pacto Educativo Global", enfatiza a importância de "cuidar da criação, da casa comum" (Francisco, 2021, p. 1), integrando essa dimensão na formação das novas gerações.

Este movimento é uma contracorrente ao humanismo antropocêntrico que produziu um individualismo excludente ao invés de valores fundamentalmente humanos. Apesar de exaltar o humano, o humanismo renascentista "foi corrompido ao estabelecer o individualismo como fundamento da vida em sociedade. 'Conhecer a si mesmo' foi substituído pelo hedonismo ('enriquecer a si mesmo') que despreza o outro, sendo a indiferença a marca de um movimento de desumanização" (Zanardi, Brito, Morais, Pereira, 2024, p. 811). Esta sede pela conquista, que desfigura o humano por meio do individualismo, produz uma sociedade exploradora, de seus recursos naturais e humanos. A lógica da conquista e exploração é a responsável pelo desequilíbrio que afeta as relações humanas do passado e da atualidade.

Na *Laudato si'*, somos chamados a rever os nossos modelos econômicos e nossas relações interpessoais. O Papa Francisco alerta sobre as soluções simplistas que não solucionam os problemas, pois "as razões pelas quais um lugar se contamina, exigem uma análise do funcionamento da sociedade, de sua economia, de seu comportamento, das maneiras de entender a realidade." (LS, n.139). Esta encíclica não é um livro de jardinagem, que nos fala sobre o plantio de mudas de árvores no quintal de casa. Pelo contrário, ela nos conduz à reflexão sobre o modo que nos relacionamos com o ambiente e com as pessoas. A conversão ecológica, que o Francisco nos convida, não se realizará com a "mera soma de bens individuais, mas com redes comunitárias" (LS, n.219). A solução para a realidade produzida pelo individualismo é encontrada na experiência comunitária, que rompe com a exclusão e abre espaço ao acolhimento e diálogo.

A convocação para um pacto educativo é antes de tudo o desejo de compor uma “ampla aliança educativa” (Francisco, 2029, p.1). Francisco sabe que “para educar uma criança é necessária uma aldeia inteira” (Francisco 2019, p.2), e por isso, escolhe caminhar em comunidade. Esta aliança é movimento sinodal que pede a “coragem de colocar no centro a pessoa” (Francisco 2019, p.2), rompendo com o tecnicismo, ao mesmo tempo que pede a “coragem de investir as melhores energias” (Francisco 2019, p.2), a fim de produzir um novo tecido de relações, enquanto se forma “pessoas disponíveis para se colocarem ao serviço da comunidade” (Francisco 2019, p.2). Este movimento forma um ciclo de cidadãos da casa comum que, formados no novo humanismo, humanizam as novas gerações e assim, convertem seus hábitos em um estilo de vida sustentável.

Apesar de não termos um documento do magistério de Francisco sobre a educação, as suas encíclicas e exortações apostólicas incluem a preocupação com as novas gerações e a formação de uma cultura humanizada e humanizadora. Este Pacto Educativo Global é antes de tudo a síntese de uma experiência eclesial e missionária, que dialoga com a realidade, acolhe as aspirações de homens e mulheres que buscam a realização da própria felicidade. Neste cenário, a escola católica, sobretudo, é também sacramento de Salvação, em semelhança à Igreja de Cristo, pois acolhe de toda comunidade educativa os anseios mais profundos de seus membros, presencia e estimula o desenvolvimento de laços afetivos, intermedia desentendimentos e, principalmente, dá testemunho da humanidade nova em Cristo.

No magistério do Papa Francisco não vemos distinções ou inovações que se distanciam dos textos conciliares ou das conferências do episcopado latino-americano. Francisco é a imagem do que os bispos latino-americanos afirmaram em Puebla:

Finalmente, chegou para a América Latina a hora de intensificar os serviços recíprocos entre as Igrejas particulares e estas se projetarem para além de suas próprias fronteiras, ad gentes. É certo que nós próprios precisamos de missionários, mas devemos dar de nossa pobreza. Por outro lado, nossas Igrejas podem oferecer algo de original e importante; o seu sentido de salvação e libertação, a riqueza de sua religiosidade popular, a experiência das Comunidades Eclesiais de Base, a floração de seus ministérios, sua esperança e a alegria de sua fé. Já se realizaram esforços missionários que se podem aprofundar e se devem ampliar (DP, n.368).

Os anseios por uma Igreja profética e enculturada, que são manifestados desde a conferência de Medelín, encontram neste pontificado uma projeção particular. Nas mãos

de Francisco, a pobreza, diversidade, irreverência e alegria latino-americanas, parecem contribuir para o “aggiornamento” proposto por João XXIII. Deste modo, o papa Latino-americano dá continuidade ao magistério da Igreja acolhendo as contribuições de seus antecessores, mas também, apresentando ao mundo o nosso jeito de ser Igreja, com rostos indígenas, amarelos, negros e brancos.

3 OS COMPROMISSOS DO PACTO

Este capítulo se dedica a explorar em profundidade os compromissos fundamentais que sustentam o Pacto Educativo Global, um chamado urgente à ação para transformar a educação e construir um futuro mais humano e sustentável. Longe de constituírem uma lista exaustiva, esses compromissos representam um conjunto interconectado de princípios e prioridades que buscam reorientar os processos educativos em direção a um novo humanismo. O objetivo central deste capítulo é, portanto, desdobrar o significado e as implicações de cada compromisso, evidenciando sua relevância para a renovação da prática educativa e para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

3.1 Colocar a pessoa no centro

Colocar a pessoa no centro de todo processo educativo, apesar de parecer óbvio ao pensar a educação, é uma necessidade urgente. As diversas problemáticas descritas pelo Papa Francisco na *Laudato si'*, indicam uma realidade que afeta também as instituições educacionais. A supervalorização do consumo em detrimento da pessoa gera uma necessidade sintomática de assumir ocupações, que por sua vez, provoca um “desequilíbrio profundo, que as impele a fazer as coisas a toda a velocidade para se sentirem ocupadas, numa pressa constante que, por sua vez, as leva a atropelar tudo o que têm ao seu redor.” (LS, n.225). Esta relação de desequilíbrio consigo e com a sociedade é sentida nas escolas, onde o desejo de sucesso econômico e o confronto com as realidades social e familiar encontram uma possibilidade de diálogo e acolhimento. Mas este encontro só se realiza quando a pessoa é o centro do processo, não o objeto de ensino.

Em 2015, na Sala Paulo VI, o Papa Francisco expressou a sua preocupação com a seletividade elitista da educação, que culminou no rompimento do pacto educativo entre família, estado e escola. Esta problemática, porém, perdura há muitos anos. Desde Puebla, a Conferência Episcopal afirmava o descontentamento de religiosos e religiosas educadores com as escolas católicas que “favorecia o elitismo e a mentalidade classista” (DP, n. 1019). Isto desfigura a educação como um direito, e a molda como privilégio,

acessível apenas àqueles que podem pagar. Por isso surge a necessidade de humanizar a educação para que ela também seja humanizadora.

O movimento de recentralização dos processos educativos em favor do novo humano é, antes de tudo, um giro antropológico cuja principal característica é “entender o ser humana na identidade de pessoa, enquanto singularidade (ser em si) e relação (ser comunitário) à imagem de Deus, com primazia de direitos de vida e desenvolvimento.” (Bonhemberger, Audy, Teixeira, 2022, p. 378). A dignidade própria do ser humano, descrita especialmente da *Gaudium et Spes*, encontra a sua realização no desenvolvimento de uma cultura nova, que acolha os profundos anseios humanos. Desta forma, o texto conciliar afirma que “somos assim testemunhas do nascer de um novo humanismo, no qual o homem se define antes de tudo pela sua responsabilidade com relação aos seus irmãos e à história.” (GS, n.55).

Este novo humanismo, que exalta mais os valores propriamente humanos que o antropocentrismo excludente, pretende educar por meio de três linguagens: mente, coração, mãos. Firma-se, então, um tripé pedagógico que se propõe a ajudar crianças e jovens que “pense aquilo que sente e faz, sinta aquilo que pensa e faz, e faça aquilo que pensa e sente.” (Francisco, 2015, p.2). Pensar neste modelo educacional exige a integração de todas as dimensões da vida, o que inclui a educação informal, como os esportes e a arte.

Compreender o ser humano em sua totalidade é um caminho que nos exige assumir o risco de enfrentar o modelo econômico explorador, que olha para os recursos naturais e humanos como se fossem propriedades. Neste modelo, a produção se confunde com aquele que produz, e em consequência, quem não produz não serve. Esta é a definição de “cultura do descarte, que afeta tanto os seres humanos excluídos como as coisas que se convertem rapidamente em lixo” (LS, n.22). De modo semelhante ao descarte de papel ou plástico, o Papa Francisco também denuncia a eleição de pessoas consideradas sacrificáveis, pois “‘ainda não servem’ (como os nascituros) ou ‘já não servem’ (como os idosos).” (FT, n.18). A pandemia foi, sem dúvidas, tempo de observarmos os esforços desgastante de alguns e a completa irresponsabilidade de outros, em nome da preservação da vida.

O giro antropológico que o novo humanismo solidário proposto por Francisco só poderá chegar ao seu fim por meio de uma “conversão ecológica, que comporta deixar emergir as consequências do encontro com Jesus” (LS, n.217). Com a conversão ecológica, pretende-se que as relações de domínio, corrompidas pelo pecado de Adão e

Eva, retomem a sua originalidade harmônica, em que o termo “dominar” (Gn1,28) implica “proteger e garantir a continuidade da sua fertilidade para as gerações futuras” (LS, n.67). Uma renovação nas relações humanas abarca todas as dimensões da vida. As escolas e universidades católicas são lugares privilegiados para renovar a aliança entre a humanidade e o ambiente, rompendo com as relações de exploração e assumindo uma “ética ecológica” (LS, n.201).

O compromisso de colocar a pessoa no centro de todo processo educativo é a principal ação para renovar o Pacto Educativo. A partir dele os outros compromissos encontram o seu ponto de partida e sua justificação. Uma evangelização que humaniza é também uma humanização evangelizadora, que dá testemunho da realização plena em Jesus Cristo por meio do testemunho da Igreja.

3.2 Ouvir as gerações mais novas

O espírito conciliar é, em si, um espírito de escuta e diálogo com as distintas realidades em que a Igreja está inserida. Ao colocar a pessoa no centro de todo processo educativo, o sinal de recepção a que devemos é a escuta. As crianças e os jovens são os principais destinatários de todo processo educativo, com quem educadores desenvolvem mais que relações profissionais. Educar exige afeto, sensibilidade e percepção entre as partes envolvidas, ao mesmo tempo que “escutar é uma condição para falar com sabedoria e ensinar com amor” (CF 2022, n.27). Desta forma, ouvir as gerações mais novas é um passo primordial para a promoção do novo humanismo.

Desde a conferência de Puebla, a juventude foi tomada pela Igreja Latino-americana como objeto de sua opção preferencial. Isto significa que os jovens possuem um lugar distinto na evangelização. É reconhecido que a juventude possui “uma capacidade criadora com respostas novas para o mundo em transformação” (DP, n.1167), um impulso inovador que converge à necessidade de renovação, descrita por João XXIII no discurso de abertura do concílio. Ser juventude significa “dinamizar o corpo social” (DP, n.1168), impedindo a atrofia de seus membros e dando novo fôlego a todo corpo.

Quando colocamos em evidência a juventude, observamos, para além da inexperiência da pouca idade, um conjunto de tensões que a desorientam. Os conflitos próprios desta fase de desenvolvimento são descritos pela Conferência de Aparecida (n.444):

constatamos com preocupação que inumeráveis jovens do nosso continente passam por situações que os afetam significativamente: as sequelas da pobreza, que limitam o crescimento harmônico de suas vidas e geram exclusão; a socialização, cuja transmissão de valores já não acontece primariamente nas instituições tradicionais, mas em novos ambientes não isentos de forte carga de alienação; e sua permeabilidade às formas novas de expressões culturais, produto da globalização, que afeta sua própria identidade pessoal e social. São presa fácil das novas propostas religiosas e pseudo-religiosas. As crises, pelas quais passa a família hoje em dia, produzem neles profundas carências afetivas e conflitos emocionais.

Esta realidade não é motivo de desqualificação dos jovens. Pelo contrário, o compromisso do pacto é fazer com que cada instituição (família, escola e estado), atue como “companheira na escuta, reconhecendo os jovens como lugar teológico, como ‘profetas da esperança’” (Sínodo Amazônia n.33). Cada conflito, apesar de suas tensões, implica a novidade de novos processos que serão provocados e vividos pelos jovens que o experimenta.

Reconhecer os jovens como lugar teológico significa afirmar que sua realidade específica é ponto de partida para a reflexão teológica. Na exortação pós-sinodal *Christus Vivit*, o Papa Francisco afirma que “o coração de cada jovem deve, portanto, ser considerado ‘terra sagrada’, portador de vida divina, diante de quem devemos ‘tirar as sandálias’ para poder nos aproximar e aprofundar no Mistério” (n.67). Cabe, então, a cada educador, inserido nos respectivos processos educativos, acolher e tomar o mistério dos jovens como quem segura um jarro de barro, que comporta dentro de si um tesouro inestimável.

A escuta acolhedora, como processo educativo, coloca os educadores ao lado dos jovens, desorganizando aquela estrutura engessada do professor que tudo sabe. Ficando ao lado é possível conhecer as fragilidades, angústias e anseios, e quando necessário, chorar junto, por aquelas feridas que mais doem. Segundo Francisco, “certas realidades da vida só se veem com olhos limpos pelas lágrimas” (CV n.76), e talvez, entre as lágrimas partilhadas, o impulso juvenil e a experiência dos educadores encontrem seu ponto de convergência.

Para além do ambiente escolar, as famílias também são lugares onde a escuta é uma necessidade urgente. Em tempos de tanta velocidade na transmissão de informações, com mensagens curtas nas redes sociais e relações distantes por conta das jornadas de trabalho, faz-se necessário “reservar tempo, tempo de qualidade, que permita escutar, com

paciência e atenção até que o outro tenha manifestado o que precisava comunicar" (AL n.137). A escuta, nesse contexto, é também um exercício de amor e respeito mútuo que fortalece os laços familiares. Desse modo, ouvir as gerações mais novas não é apenas um dever ético, mas uma exigência evangélica.

Em suma, o compromisso de "ouvir as gerações mais novas" não é uma mera estratégia pastoral, mas uma exigência teológica enraizada na própria natureza da Igreja como comunidade de diálogo. Reconhecer a voz, as experiências, os anseios e os desafios dos jovens não é apenas uma questão de justiça geracional, mas uma necessidade intrínseca para a vitalidade e a renovação da comunidade eclesial. Essa escuta ativa, marcada pela empatia, pelo respeito e pela abertura ao novo, é essencial para construir uma Igreja mais sinodal, mais jovem, mais profética e mais capaz de responder aos anseios do mundo contemporâneo

3.3 Promover a mulher

Quando falamos da promoção de um novo humanismo, a promoção da mulher pode parecer redundante, já que ocupa seu lugar no gênero humano. Entretanto, a análise da nossa realidade nos faz perceber que homens e mulheres ocupam lugares diferentes, e as vezes antagônicos, nas sociedades. A conferência de Aparecida já reconheceu "que é necessário superar a mentalidade machista" (n. 453), e o Papa Francisco atualizou esta afirmação dizendo: "aprecio o feminismo, quando não pretende a uniformidade nem a negação da maternidade." (AL n. 173). A Igreja, desta vez, se põe ao lado das mulheres, para "compartilhar, orientar e acompanhar projetos de promoção da mulher com organismos sociais já existentes, reconhecendo o ministério essencial e espiritual que a mulher leva em suas entranhas" (DAp n.457).

As mulheres são maioria nas escolas e nos cursos de pedagogia. Elas são as principais responsáveis pela educação doméstica e escolar. Geram, alimentam, cuidam, educam e constroem a sociedade, mas ainda não recebem tratamento adequado à sua dignidade. É reconhecido que pouco "se valoriza nem se promove adequadamente sua indispensável e peculiar participação na construção de uma vida social mais humana e na edificação da Igreja." (DAp n.453). Precisamente nisto encontramos a necessidade de promover as mulheres e corrigir os erros de uma sociedade erigida sobre o machismo.

A promoção da mulher, além de ser uma questão de justiça social e equidade de gênero, é uma exigência evangélica e antropológica. O Compêndio da Doutrina Social da Igreja (CDSI) reconhece que a contribuição específica da mulher é essencial para o humanismo integral que a Igreja propõe. Promover a mulher implica não apenas reconhecer sua igualdade em direitos e deveres, mas também reconhecer que “o gênio feminino é necessário em todas as expressões da vida social, por isso deve ser garantida a presença das mulheres também no âmbito do trabalho” (CDSI, n.295).

Francisco tem reafirmado com vigor essa perspectiva em diversos documentos. Na exortação apostólica Evangelii Gaudium, ele reconhece “a indispensável contribuição da mulher na sociedade, com uma sensibilidade, uma intuição e certas capacidades próprias” (EG, n. 103). Mais adiante, Francisco lamenta que “os espaços de uma presença feminina relevante na Igreja ainda não estejam suficientemente desenvolvidos” (EG, n. 104), e propõe ampliar a presença das mulheres nos processos de discernimento e tomada de decisão pastoral.

As mulheres vêm tomando cada vez mais espaço na sociedade, em áreas de atuação que antes eram vistas como exclusivamente masculinas. Há, porém, um longo caminho a ser feito em direção “a igual dignidade e responsabilidade da mulher em relação ao homem” (Dap n.453). Procura-se uma comunidade de “iguais na diferença” (Dap n.451). Os múltiplos talentos e esforços das mulheres mostram a força que as impulsiona e sua ânsia de conquistar os direitos que deveriam estar em livre acesso.

Não podemos deixar de citar um dom característico e exclusivo das mulheres, que “implica também uma missão peculiar nesta terra, que a sociedade deve proteger e preservar para bem de todos” (AL n.174). A experiência da maternidade, a que todos nós devemos a vida, é o cumprimento de uma vocação. Ela se realiza “através de muitas formas de amor, compreensão e serviço aos demais” (DAp n.457). A despeito disto, vivemos uma “sociedade sem pais” (AL n.157), que se manifesta tanto na distância geográfica quanto afetiva e participativa. Uma das características sintomáticas do machismo em nossa sociedade é que muitas vezes “o pai está tão concentrado em si mesmo e no próprio trabalho ou então nas próprias realizações individuais que até se esquece da família” (AL n.176). Mais uma vez, as mulheres se veem sozinhas e isoladas em uma problemática que afeta toda a sociedade. São descartadas no momento de maior fragilidade, quando precisam de auxílio e proteção.

Outro sinal da emergência que é promover as mulheres está no fato de termos poucas mulheres teólogas. Provavelmente o preconceito de que teologia é apenas para

candidatos aos ministérios ordenados, associado a consequente participação quase exclusiva de homens nas faculdades de teologia sejam agravantes. Falta ao pensamento teológico pontos de vista que partam das periferias existenciais em que as mulheres habitam.

Este compromisso é uma convocação a mudar estruturas educacionais, sociais e familiares que desfavoreçam as mulheres. Ao mesmo tempo que exige, de todos os educadores, uma atitude antimachista. Não basta evitar o machismo, é necessário caminhar junto às mulheres, sem tomar-lhes o lugar que lhes pertence, mas fazendo-as perceber que não estão sozinhas. Promover as mulheres, em uma sociedade ainda dominada pelos homens e suas estruturas obsoletas, significa simplesmente dar um passo para trás, ou quantos forem necessários para caminharmos uns ao lado dos outros rumo à uma sociedade mais justa.

3.4 Responsabilizar as famílias

O Pacto Educativo Global, em sua essência, ecoa a tradição da Igreja que sempre reconheceu a família como o primeiro e principal ambiente educativo. A família não é apenas o lugar onde se nasce e cresce, mas o espaço privilegiado onde se aprendem os primeiros valores, se desenvolvem as primeiras relações e se experimenta o amor incondicional, fundamentos essenciais para a formação da personalidade e para a inserção na sociedade. Responsabilizar as famílias, neste contexto, significa reconhecer, apoiar e fortalecer seu papel ativo e protagonista no processo educativo de seus membros.

Segundo a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, a responsabilidade das famílias na educação está inserida no contexto mais amplo da missão da Igreja no mundo contemporâneo. O documento conciliar reconhece a família como a célula fundamental da sociedade e enfatiza seu papel crucial na formação integral da pessoa humana. Ao abordar a dignidade do matrimônio e da família, a *Gaudium et Spes* sublinha que os pais “são cooperadores do amor de Deus e como que seus intérpretes” (GS n.50), e colaborando com o Criador são os primeiros a transmitir os valores humanos e cristãos. A constituição pastoral exorta os pais a educarem seus filhos de tal modo que eles possam, com plena responsabilidade, seguir sua vocação.

Já na Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, embora não trate diretamente da educação familiar de forma extensa, oferece um fundamento teológico importante para

compreender o papel da família na transmissão da fé. Ao descrever a “Igreja doméstica” (LG n.11), o documento conciliar reconhece a família cristã como uma verdadeira Igreja, onde “os pais devem ser para os filhos, pela palavra e pelo exemplo, os primeiros arautos da fé, e fomentar a vocação própria de cada um” (LG n.11). A vida familiar, permeada pelo amor, torna-se o ambiente primordial para o despertar da fé e para o crescimento na vida cristã.

Em suma, os documentos conciliares concordam em afirmar a família como primeira responsável por educar as crianças e os jovens. Tanto a *Gaudium et Spes* quanto a *Lumen Gentium* corroboram em afirmar a centralidade da família na educação, cada um a partir de sua perspectiva específica. *Gaudium et Spes* enfatiza a responsabilidade dos pais na formação integral dos filhos, incluindo a dimensão humana e cristã, enquanto *Lumen Gentium* destaca o papel da família como Igreja doméstica e dos pais como primeiros anunciantes da fé. O compromisso de "responsabilizar as famílias" no Pacto Educativo Global encontra, portanto, um sólido fundamento no magistério conciliar, que reconhece a família como o ambiente educativo primordial e insubstituível, onde se lançam as bases para o desenvolvimento integral da pessoa humana e para o crescimento na fé.

A declaração conciliar *Gravissimum Educationis*, afirma com clareza a prioridade da família na educação. O documento conciliar que a família é a "primeira escola das virtudes sociais" (GED n.3) e que nela as crianças aprendem gradualmente a conhecer o amor de Deus e dos homens. A Igreja insiste que os pais “devem gozar de verdadeira liberdade na escolha da escola” (GED n.6), buscando aquela que melhor corresponda às suas convicções religiosas e morais, e clama por uma colaboração efetiva entre a família, a escola e a sociedade no processo educativo.

O Documento de Aparecida também enfatiza o papel fundamental da família, afirmando que “ela é o lugar e escola de comunhão, fonte de valores humanos e cívicos, lar onde a vida humana nasce e acolhe generosa e responsável” (DAp n.302). A família é um “patrimônio da humanidade” (DAp n. 302), não pertence a ninguém, mas graças a ela a sociedade cresce e amadurece. A partir da educação familiar as relações são formadas, nela “se rompe o primeiro círculo do egoísmo mortífero, fazendo reconhecer que vivemos junto de outros, com outros, que são dignos de nossa atenção, da nossa gentileza, do nosso afeto” (AL n.276). As relações familiares são fundamentais para o desenvolvimento de relações nos diversos ambientes da vida social, na escola e entre os amigos.

Na exortação apostólica *Amoris Laetitia*, o Papa Francisco dedica um capítulo inteiro à educação dos filhos, sublinhando a responsabilidade primária dos pais neste processo. O Papa Francisco enfatiza que “o que interessa acima de tudo é gerar no filho, com muito amor, processos de amadurecimento da sua liberdade, de preparação, de crescimento integral, de cultivo da autêntica autonomia” (AL n.261). Pai e mãe são chamados a acompanhar o crescimento de seus filhos, oferecendo-lhes afeto, cuidado, limites e, sobretudo, testemunho de vida. A autoridade dos pais, segundo *Amoris Laetitia*, não se baseia no poder, mas no serviço ao crescimento livre e responsável dos filhos. Francisco adverte contra a delegação total da educação a instituições externas, recordando que “a educação integral dos filhos é, simultaneamente, ‘dever gravíssimo’ e ‘direito primário’ dos pais (...) a escola não substitui os pais; serve-lhes de complemento” (AL n.84). Essa afirmação ressalta a natureza intrínseca da responsabilidade educativa dos pais, decorrente de sua própria vocação e doação na geração dos filhos.

O Pacto Educativo Global, ao convocar a "responsabilizar as famílias", propõe o diálogo direto com os pais e o incentivo de políticas e práticas que apoiam as famílias em sua missão educativa. Este compromisso se alinha com uma perspectiva pastoral que busca criar condições para que as famílias possam exercer plenamente sua vocação educativa, sendo apoiadas pela Igreja, pelo Estado e pela sociedade em geral. Isso implica em oferecer recursos, formação e acompanhamento para que os pais possam enfrentar os desafios da educação na atualidade, transmitindo aos seus filhos valores como a solidariedade, a justiça, o respeito pela diversidade e o cuidado com a criação.

O compromisso de "responsabilizar as famílias" não é uma novidade, mas um eco da perene sabedoria da Igreja sobre o papel primordial da família na educação. As escolas não estão a parte da vida familiar. Pelo contrário, na comunidade educativa todas as tensões familiares são sentidas e refletem, além no desempenho estudantil, nas relações com os colegas, professores e demais educadores da comunidade.

3.5 Abrir-se à acolhida

O compromisso de "abrir-se à acolhida" ressoa como um imperativo evangélico. Nos últimos anos vimos reacenderem “conflitos anacrônicos que se consideravam superados, ressurgem nacionalismos fechados, exacerbados, ressentidos e agressivos” (FT n.11), que só promovem o rompimento das relações entre a humanidade. A abertura

a qual somos convidados transcende a mera hospitalidade, configurando-se como uma atitude fundamental de reconhecimento da dignidade intrínseca de cada ser humano, independentemente de sua origem, condição social ou crença. Este movimento de abertura que nos leva a aproximação aos demais, faz-nos confrontar a realidade pessoal, pois “não há vida quando se tem a pretensão de pertencer apenas a si mesmo e de viver como ilhas” (FT. n.87).

Todo o movimento conciliar é de abertura, imbuído pelo espírito de diálogo, que “exige o mútuo respeito da sua plena dignidade espiritual” (GS n.23). A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* enfatiza a interdependência da humanidade e a necessidade de superar as divisões que impedem a construção de um mundo mais justo. Ao mesmo tempo, expressa o desejo e a disposição da Igreja em ajudar as pessoas a “aspirem a uma fraternidade universal mais profundamente fundada” (GS n. 91). Esta fraternidade que compõe o cerne da experiência eclesial é consequência direta do encontro com o Cristo.

Apesar de vermos muitos projetos de fraternidade ruindo por conta das guerras, que alimentam uma mentalidade de medo e desconfiança, isolamento e solidão, há sinais de esperança que o encontro com Cristo proporciona. O Papa Francisco diz que

“Somente graças a este encontro – ou reencontro – com o amor de Deus, que se converte em amizade feliz, é que somos resgatados da nossa consciência isolada e da autorreferencialidade. Chegamos a ser plenamente humanos, quando somos mais do que humanos, quando permitimos a Deus que nos conduza para além de nós mesmos a fim de alcançarmos o nosso ser mais verdadeiro. (EG n.8)

Entendemo-nos humanos a partir do encontro com o semelhante, que Cristo nos ensina a chamar de irmão. O encontro com Jesus abre espaço para sentir a necessidade do encontro com os semelhantes, ao mesmo tempo que exige “a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho” (EG n.20). A abertura ao outro, com suas diferenças e riquezas, é apresentada como um caminho para o enriquecimento mútuo.

Por ser naturalmente missionária, a Igreja é lugar de encontro, que “faz convergir todas as periferias rumo a um sentido pleno de mútua pertença” (FT n.95). Da mesma forma, pretende-se que as comunidades educativas promovam o encontro com a realidade em que se inserem, para romper com o isolamento, “chegar àqueles que espontaneamente não sinto como parte do meu mundo de interesses, ainda que se encontrem perto de mim”

(FT n.97). Abrindo-se a esta acolhida, as escolas podem não atingir as maiores notas nos exames, mas certamente contribuirão para a construção de uma sociedade mais humana.

Este compromisso é também desdobramento da escura as novas gerações, a quem devemos nos abrir para acolher as histórias, marcas e traumas. Por isso, pretendemos abrir as portas dos corações à novos relacionamentos interpessoais. Buscamos fazer como o bom samaritano (Lc 10,25-37) que “deu algo que, neste mundo apressado, regateamos tanto: deu-lhe o seu tempo.” (FT n. 63). Este processo não é fácil, pois exige, além de abandonar o comodismo, uma postura distinta, que arrisque um pouco da segurança oferecida pelos muros para ir ao encontro. A solidariedade é um conceito que não cabe nos quadros, ou em slides, ela precisa ser vivida, sentida naqueles que vivem às margens.

3.6 Renovar a economia e a política

Já traçamos as linhas do atual cenário político e econômico, no primeiro capítulo. A segregação dos pobres, abandono das juventudes e a vulnerabilidade das mulheres no corpo social não passou despercebido pelo magistério da Igreja. Desde Leão XIII, com a encíclica *Rerum Novarum*, o magistério da Igreja passou a considerar as realidades citadas como objetos de seu ensinamento, trazendo à luz da Palavra e da Tradição as problemáticas urgentes de cada tempo.

A *Gaudium et Spes*, ao analisar a ordem socioeconômica, reconhece os avanços da ciência e da técnica, mas adverte contra os perigos de um desenvolvimento puramente material que não considere o bem-estar integral da pessoa humana. O documento conciliar clama por uma economia a serviço do homem, capaz de

tornar acessíveis ao homem todas as coisas de que necessita para levar uma vida verdadeiramente humana: alimentos, vestuário, casa, direito de escolher livremente o estado de vida e de constituir família, direito à educação, ao trabalho, à boa fama, ao respeito, à conveniente informação, direito de agir segundo as normas da própria consciência, direito à proteção da sua vida e à justa liberdade mesmo em matéria religiosa. (GS, n.26).

Em relação à política, a constituição pastoral sublinha a importância da participação cidadã, do respeito aos direitos humanos e da construção de um Estado a serviço do bem comum, promovendo uma ordem “fundada na verdade, construída sobre

a justiça e vivificada pelo amor, deve ser cada vez mais desenvolvida e, na liberdade, deve encontrar um equilíbrio cada vez mais humano” (GS, n.26).

A *Gaudium et Spes* explicita a necessidade de uma transformação tanto nas estruturas quanto na mentalidade, inspirada pelos valores evangélicos, para construir uma ordem social mais justa e humana. A renovação da economia e da política, portanto, não pode ser meramente técnica, mas deve ser profundamente ética e orientada pelo bem comum.

O *Documento de Aparecida* (DAp), por sua vez, analisa a realidade latino-americana, marcada por profundas desigualdades sociais, pobreza e corrupção, refletindo as preocupações da *Gaudium et Spes* com a dignidade humana, ao mesmo tempo que clama por uma renovação das estruturas econômicas e políticas que geram exclusão. Em Aparecida, o tema da globalização é abordado a partir do discurso de Bento XVI, afirmando que “a globalização deve reger-se também pela ética, colocando tudo a serviço da pessoa humana” (DAp, n.60). Apesar de ser entendido como um sinal da aspiração por unidade, a globalização também traz o risco de condicionar a vida humana à lógica do mercado. Os bispos latino-americanos perceberam a urgência de uma mudança de paradigma econômico, que coloque a dignidade humana acima do lucro e promova a inclusão social.

No âmbito da política, o *Documento de Aparecida* destaca a necessidade de uma “democracia participativa e baseada na promoção dos direitos humanos e no respeito a eles” (DAp, n.74). Não basta instaurar a democracia apenas como regime governamental, se a população não aderir e tomar parte dos valores democráticos, “torna-se facilmente ditadura e termina traendo o povo” (DAp, n.74). A falta de participação na vida política faz com que as instâncias públicas aprovem e apliquem “leis injustas contra os direitos humanos e a vontade popular” (DAp, n.79).

Renovar a economia e a política implica a participação de todos na vida pública. Sendo “uma das pilares de todos os ordenamentos democráticos, além de ser uma das maiores garantias de permanência da democracia.” (CDSI, n.190), a participação é o meio pelo qual os excluídos emergem à visibilidade. Por isto o Papa Francisco, na carta para o evento “Economia de Francisco” (2020), convoca a juventude para “estabelecer um ‘pacto’ para mudar a economia atual e atribuir alma à economia de amanhã”.

É necessário repensar a nossa produção, desenvolver uma economia solidária, que visa “diminuir a desigualdade na sociedade (...) entre todos que se unem para produzir, consumir, comerciar ou trocar” (CF 2023, n.104.). Ou então, desenvolver uma

“economia de comunhão”, cujo principal objetivo não é o acúmulo de lucro, mas “produzir riquezas em prol de quem se encontra em dificuldade e formar uma nova cultura em que a economia não esteja atrelada ao individualismo” (CF 2023, n.106). Outra possibilidade é a Economia de Francisco, que visa “mudar a economia atual e animar a do amanhã, para que seja mais justa e sustentável e com um novo protagonismo de quem hoje é excluído” (CF 2023, n.110). Apesar de terem nomes distintos, estas economias têm o fim: promover a justiça e preservar os direitos humanos.

No ambiente escolar, que muitas vezes tomada por aquela mentalidade classista e elitista, corre-se o risco de aderir à lógica de mercado. Quando os anseios por sucesso são marcados exclusivamente por uma ascensão social ou manutenção de status, o respeito à pessoa se torna um diferencial de mercado. Uma escola que adota a exploração dos dons pessoais como modelo de conquista se fecha à toda realidade de exclusão ao qual inúmeros de irmãos são obrigados a existir.

Renovar a economia e a política significa, antes de tudo, promover relações de diálogo que possibilitem às fontes de riqueza uma abordagem humana e solidária. Ao mesmo tempo, estimula à participação no desenvolvimento de políticas públicas que atendam, eficazmente, as necessidades dos cidadãos. Isto é também um desafio para as escolas, que muitas vezes são procuradas pelos pais com o desejo de promover no filho um desejo de conquista antes do desenvolvimento pleno de sua humanidade.

3.7 Cuidar da Casa Comum

No ano de 2015, o Papa Francisco publicou a encíclica *Laudato si'*, expressando sua preocupação com o “urgente desafio de proteger a nossa casa comum” (n.13). Nesta encíclica ele descreve uma série de consequências cuja causa é o atual estilo de vida da humanidade, que “ajuda a cauterizar a consciência e a ignorar parte da realidade em análises tendenciosas” (LS, n.49). O cuidado com a casa comum é vivido por meio de uma ecologia integral, que renova as formas de usar os recursos naturais. Desta forma, o conceito de "casa comum", emerge como um paradigma fundamental para a compreensão e a abordagem da complexa crise socioambiental que assola o planeta. Mais do que uma designação geográfica, a expressão evoca uma visão integral da realidade, onde a degradação ambiental e a injustiça social se entrelaçam, demandando uma resposta ética, espiritual e política abrangente.

O cuidado da casa comum é descrito pelo papa como elemento da existência humana que, “se baseia sobre três relações fundamentalmente ligadas: as relações com Deus, com o próximo e com a terra” (LS n.66). Estas relações perderam sua harmonia original por “termos pretendido ocupar o lugar de Deus” (LS, n.66). Ao invés de exercer o domínio como cuidado, o fizemos aos moldes da exploração, que transformou harmonia em conflito. A partir deste modelo de relacionamento que busca extrair do outro sem partilhar o dom de si, entramos em um percurso de declínio e mútua destruição” (LS, n.79).

Em sua essência, a "casa comum" transcende a limitada noção de "meio ambiente", englobando a totalidade do planeta Terra como um lar compartilhado por toda a família humana, incluindo as gerações presentes e futuras. O Papa Francisco articula essa visão holística ao afirmar que "não há duas crises separadas, uma ambiental e outra social, mas uma única e complexa crise socioambiental" (LS 139). Essa interconexão implica que a saúde do planeta e o bem-estar da humanidade são intrinsecamente dependentes, e que qualquer tentativa de solucionar uma crise isoladamente da outra se mostra incompleta e ineficaz. Cuidar da casa comum significa, primeiramente, reconhecer a teia intrincada de relações que sustentam a vida, desde os ciclos biogeoquímicos até as interações sociais e econômicas.

Uma das implicações centrais deste cuidado reside na necessidade de uma conversão ecológica. Francisco clama a atenção para uma mudança profunda na mentalidade e nos estilos de vida, rompendo com a lógica consumista e individualista que tem impulsionado a exploração desenfreada dos recursos naturais. O Papa Francisco também adverte: "O paradigma tecnocrático tende a exercer o seu domínio também sobre a economia e a política. A economia assume todo o desenvolvimento tecnológico em função do lucro, sem prestar atenção a eventuais consequências negativas" (LS, n.109). Essa crítica ao paradigma dominante ressalta a urgência de adotar práticas sustentáveis, de reduzir o desperdício, de investir em energias renováveis e de proteger a biodiversidade, reconhecendo que a Terra não é uma fonte inesgotável de recursos à disposição da ambição humana.

Ademais, o cuidado da casa comum impõe a urgência da justiça social e intergeracional. A exploração predatória do planeta frequentemente penaliza as comunidades mais vulneráveis, que sofrem de forma desproporcional os impactos da degradação ambiental, como a escassez de água, a poluição e os eventos climáticos extremos. Esta realidade não será mudada facilmente,

"os efeitos das mudanças climáticas se farão sentir durante muito tempo, mesmo que agora sejam tomadas medidas rigorosas, alguns países com escassos recursos precisarão de ajuda para se adaptar a efeitos que já estão se produzindo e afetam as suas economias (LS, n.170).

Para mudarmos este cenário serão necessárias políticas que garantam o acesso equitativo aos bens essenciais e que considerem o bem-estar das futuras gerações, que têm o direito de herdar um planeta habitável.

Os sete compromissos delineados neste capítulo representam um esforço coeso e multifacetado para reimaginar e revitalizar a educação, respondendo aos desafios complexos do século XXI. Longe de serem isolados, esses compromissos se entrelaçam e se reforçam mutuamente, tecendo uma visão de educação que é ao mesmo tempo profundamente humana e radicalmente transformadora.

Ao colocar a pessoa no centro do processo educativo, promover a escuta ativa das gerações mais novas, valorizar o papel essencial da mulher, fortalecer a parceria com as famílias, abrir-se à acolhida da diversidade, buscar uma renovação ética da economia e da política, e assumir o cuidado da casa comum, o Pacto Educativo Global propõe um novo paradigma. Esse paradigma se distancia de modelos educativos meramente instrucionais ou focados no desenvolvimento de habilidades técnicas, e abraça uma visão mais ampla do ser humano em sua integralidade.

Acreditamos que a adoção desses compromissos tem o potencial de gerar um impacto profundo e duradouro na forma como educamos e nos relacionamos uns com os outros e com o planeta. Eles oferecem um caminho para construir sociedades mais justas, inclusivas, solidárias e sustentáveis, onde cada pessoa possa florescer em sua plenitude.

CONCLUSÃO

O pontificado do Papa Francisco representa, de modo singular, a expressão da eclesiologia latino-americana para a Igreja universal. Sua eleição ao ministério petrino, como primeiro papa das Américas, assinala uma mudança de eixo na geopolítica eclesial e no olhar pastoral da Igreja: da centralidade europeia para a escuta das periferias. Essa transição se traduz não apenas em gestos simbólicos, mas em uma agenda eclesial profundamente marcada pela atenção aos pobres, pelo compromisso com a justiça social e pela valorização dos contextos culturais e históricos dos povos latino-americanos. Francisco personifica, assim, o impulso renovador do Concílio Vaticano II encarnado nas Conferências do CELAM, sobretudo em Medellín, Puebla e Aparecida, que moldaram uma Igreja pobre com os pobres, missionária e servidora da vida.

Neste sentido, sua contribuição para a educação revela-se como uma da expressão fecunda de seu desejo pela promoção de um novo humanismo. O Pacto Educativo Global, convocado em 2019, é a materialização de seu desejo de reconstruir o tecido social a partir da educação, entendida não apenas como processo escolar, mas como ação integral e relacional que forma sujeitos para o bem comum. Numa era marcada pelo paradigma tecnocrático, fragmentação da verdade e pelo esvaziamento das relações, Francisco propõe a renovação do pacto entre família, escola e Estado na missão de educar para a solidariedade, o cuidado, a inclusão e a fraternidade. Não se trata de uma proposta pedagógica restrita, mas de um projeto civilizacional que visa regenerar os fundamentos da convivência humana.

O Pacto Educativo Global destaca sete compromissos que refletem a profundidade do magistério de Francisco: colocar a pessoa no centro, ouvir as novas gerações, promover a mulher, responsabilizar a família, abrir-se à acolhida, renovar a economia e a política, e cuidar da casa comum. Tais compromissos expressam um *ethos* profundamente evangélico e humanizador, que articula fé e razão, espiritualidade e cidadania, doutrina e compaixão. Ao mesmo tempo, colocam em evidência a responsabilidade da Igreja na formação de consciências críticas e abertas ao diálogo, capazes de discernir os sinais dos tempos e responder com esperança e profetismo às urgências do presente.

Francisco reafirma, assim, que a educação é um ato de esperança e uma forma concreta de evangelização. Como expressão da tradição latino-americana, ele entende que a fé cristã só é autêntica quando se encarna nos dramas e nas esperanças dos povos. Sua proposta educativa é, portanto, uma forma de viver a catolicidade da Igreja: aberta à pluralidade, enraizada no Evangelho e comprometida com a transformação do mundo. A partir da periferia do mundo, ressoa a voz de um papa que convida todos a recriar o pacto educativo, colocando-se ao lado das crianças e jovens, ouvindo-os e aprendendo com eles. Neste gesto, reconhece-se a força da esperança que nasce do encontro e da corresponsabilidade.

O Papa Francisco nos convida a imaginar a educação como ato de amor e compromisso social. Sua visão amplia a missão evangelizadora da Igreja no campo educacional, levando-nos a perceber que formar pessoas é também formar futuros e que a educação, mais do que nunca, é um ato de fé no ser humano e na possibilidade de um mundo mais justo, solidário e fraterno. Sob a inspiração do seu magistério, as escolas católicas são chamadas a ser não apenas centros de instrução, mas comunidades de formação integral e profética, que anunciam e testemunham o Reino de Deus em meio às contradições do nosso tempo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. CPI da pandemia ouve ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias>. Acesso em: 10 mar. 2025.

AGÊNCIA SENADO. Mais da metade da população convive com algum grau de insegurança alimentar. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias>. Acesso em: 10 mar. 2025.

APARECIDA. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-American. Editora Paulus, 2008.

BARBOSA, R.; DOS ANJOS, G.; AZONI, C. Desigualdade no uso das redes sociais para fins educacionais no Brasil: evidências e desafios. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 27, 2022, p. 1-20.

BENTO XVI. Texto inédito do papa Bento XVI publicado por ocasião do 50º aniversário do início do Concílio Vaticano II. Vaticano, 2012. Disponível em: https://www.vatican.va/special/annus_fidei/documents/annus-fidei_bxvi_inedito-50-concilio_po.html. Acesso em: 10 mar. 2025.

BONHEMBERGER, Marcelo; AUDY, Jorge Luís Nicolas; TEIXEIRA, Patrícia Espíndola de Lima. **Educação a serviço da integridade humana: (im)pactos propostos pelo Papa Francisco aos contextos contemporâneos.** Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 32, n. 3, p. 376-387, 2022. DOI: 10.18224/frag.v32i3.13142. Disponível em: <https://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/13142>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Nota de esclarecimento sobre orientações educacionais durante a pandemia. Brasília, 2020.

BYUNG-CHUL, Han. **Infocracia: digitalização e crise da democracia.** Tradução de Luís Filipe Parrado. Petrópolis: Vozes, 2022.

CARDOSO, G.; SOARES, T.; GONÇALVES, L. Ensino remoto emergencial na pandemia: desafios e percepções docentes. Educação & Sociedade, Campinas, v. 43, n. 159, 2022, p. 1-17. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236124612vs01>. Acesso em: 10 de abril de 2025.

CARRANZA, A. O consumo e as subjetividades no mundo contemporâneo. Revista de Ciências Sociais da UFRN, Natal, v. 42, n. 1, p. 27-37, 2011.

CNBB; ANEC; CRB. A Igreja no Brasil, com o Papa Francisco, no Pacto Educativo Global: Orientações Gerais. Disponível em: <https://anec.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Pacto-Global-Orientacoes-Gerais.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2025.

CONSELHO PERMANENTE DA CNBB. Análise de Conjuntura Eclesial 3: Do Descompasso à Missão, às Comunidades e à Iniciação. [S.l.]: CNBB, 2024. Disponível em:
<https://www.google.com/search?q=http://cnbb.ikhon.com.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx>. Acesso em: 10 de março de 2025.

CONFERÊNCIA NACIONAL DS BISPOS DO BRASIL. Os clamores do meu povo: a realidade brasileira de 2022. Brasília: CNBB, 2022. Disponível em:
<https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Analise-de-Conjuntura-Social-OS-CLAMORES-DO-MEU-POVO.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2025.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Os grandes desafios da sociedade brasileira: uma análise de conjuntura. Brasília: CNBB, 2023. Disponível em:
<https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2023/04/OS-GRANDES-DESAFIOS-PARA-A-SOCIEDADE-BRASILEIRA-230414-191806.pdf>. Acesso: 10 de março de 2025.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. Carta Circular aos Presidentes das Conferências Episcopais sobre o Ensino da Religião na Escola. Vaticano: Santa Sé, 2009. Disponível em:
https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccathe_duc_doc_20090505_circ-insegn-relig_po.html. Acesso em: 10 de março de 2025.

CONTRERAS, Humberto Silvano Herrera; PAULA, Jorge Luiz de; CHESINI, Cláudia (Orgs.). Dicionário do pacto educativo global = Diccionario del pacto educativo global [recurso eletrônico]. Curitiba: ANEC, 2021. 171 p. ISBN 978-65-991727-4-8. Disponível em: <https://www.anec.org.br/publicacoes/dicionario-pacto-educativo-global-2021/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

FATTORI, T.; XIMENES, S. A educação durante a pandemia: omissões do MEC e protagonismo do CNE. Educação em Debate, Fortaleza, v. 43, n. 82, p. 67-89, 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/guilh/Downloads/rodrigo,+D3%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/guilh/Downloads/rodrigo,+D3%20(4).pdf). Acesso em: 10 de março de 2025.

FRANCISCO. Amoris Laetitia: sobre o amor na família. São Paulo: Paulinas, 2016.

FRANCISCO. Christus Vivit: aos jovens e a todo o povo de Deus. São Paulo: Paulinas, 2019.

FRANCISCO. Discurso de lançamento do Pacto Educativo Global. Vaticano, 2021. Disponível em: <http://www.vatican.va>. Acesso em: 12 mar. 2025.

FRANCISCO. Encontro 'Religiões e Educação: Pacto Educativo Global': discurso do Papa Francisco. Sala Clementina, 5 out. 2021. Vaticano: Santa Sé, 2021. Disponível em:
<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/events/event.dir.html/content/vaticanevents/pt/2021/10/5/pattoeducativo-globale.html>. Acesso em: 28 abr. 2025.

FRANCISCO. Evangelii Gaudium: exortação apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2013.

FRANCISCO. Fratelli Tutti: sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulinas, 2020.

FRANCISCO. Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

FRANCISCO. Querida Amazônia: exortação apostólica pós-sinodal. São Paulo: Paulinas, 2020.

FRANCISCO. Gaudete et exsultate: sobre a chama à santidade no mundo atual. Vaticano: Santa Sé. Disponível em:

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20180319_gaudete-et-exsultate.html. Acesso em: 20 de março de 2025.

FRANCISCO. Laudate Deum. Vaticano: Santa Sé. Disponível em:

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html. Acesso em: 20 de março de 2025.

FRANCISCO. Dilexit nos: sobre o amor humano e divino do coração de Jesus. Edição kindle, 2024.

FRANCISCO. Lumen Fidei. Vaticano: Santa sé, 2013. Disponível em:

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20130629_enciclica-lumen-fidei.html. Acesso em: 20 de março de 2025.

PAPA FRANCISCO. Discurso do Papa Francisco no Encontro 'Religiões e Educação: Pacto Educativo Global'. Sala Clementina, 2021.

PAPA FRANCISCO. Vademecum | Português: Pacto Educativo Global.

JOÃO XXIII. Discurso de abertura do Concílio Vaticano II. Roma, 11 out. 1962. Disponível em: <http://www.vatican.va>. Acesso em: 10 mar. 2025.

LEITE, A. A. A manipulação emocional na pós-verdade e o impacto sobre a democracia. Revista Argumenta, Vitória, v. 22, n. 2, p. 73-84, 2020.

MEDELLÍN. Documentos conclusivos da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Medellín, 1968. Disponível em:

https://pjmp.org/subsidios_arquivos/cnbb/Medellin-1968-2CELAM-PORTUGUES.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

OJEDA ORTIZ, Juan Antonio; CEBALLOS GARCÍA, Manuel Jesús; RAMÍREZ RAMOS, Beatriz (Coords.). Pacto educativo global: uma educação de, com e para todos. Hacia una sociedad más fraterna, solidaria y sostenible. Madrid: PPC Editorial, 2020. ISBN 8435240596198. Disponível em:

<https://www.oieinternational.com/publications/pacto-educativo-global/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

PACTO EDUCATIVO GLOBAL – Brasil. Pacto Educativo Global: do Brasil para o mundo. [S.I.]: Articulação Brasileira pelo Pacto Educativo Global, 2021. Disponível

em: https://www.anec.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Pacto_Educativo_FINAL.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

PUEBLA. Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. 4ed. Mexico: Edições Paulinas, 1979.

RIAL, G.; CHESINI, C. (orgs.). Manual Pacto Educativo Global: na prática.

Brasília: ANEC, 2021. Disponível em: <https://anec.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Manual-pacto-Educativo-Global-na-pratica-2021-final.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2025.

RIVAS, Eugenio. O humanismo no Papa Francisco. Revista de Cultura Teológica. [s.l.], 2020. Disponível em:

<https://www.faje.edu.br/simposio2019/arquivos/paineis/Eugenio%20Rivas%20-%20O%20HUMANISMO%20NO%20PAPA%20FRANCISCO.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SANTO DOMINGO. Documentos conclusivos da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Santo Domingo: edições Loyola, 1992.

SILVA, E. A. P. da; ALVES, D. L. R. ; FERNANDES, M. N. O papel do professor e o uso das tecnologias educacionais em tempos de pandemia. **Cenas Educacionais**, [S. l.], v. 4, p. e10740, 2021. Disponível em:

<https://revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/10740>. Acesso em: 10 de março de 2025.

SOUZA, Ney de. História da Igreja na América Latina: das origens ao século XXI. Edições kindle, 2008.

SOUZA, Ney de. Do Rio de Janeiro (1955) à Aparecida (2007): um olhar sobre as Conferências Gerais do Episcopado da América Latina e do Caribe. Revista de Cultura Teológica, São Paulo, v. 16, n. 64, p. 127-148, jul./set. 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/15533>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SOUZA, Ney de. Uma análise da sociedade no caminho do Vaticano II. Revista de Cultura Teológica, São Paulo, v. 12, n. 48, p. 33-51, out./dez. 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/25032>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SOUZA, Ney de. História da Igreja: notas introdutórias. Edições Kindle.

ZANARDI, Teodoro Adriano Costa; BRITO, Damaris Araújo; MORAIS, Taiara; PEREIRA, Edson da Silva. Educar ao humanismo solidário: compreendendo os fundamentos para uma 'outra' práxis docente. Educação em Análise, Londrina, v. 9, n. 3, p. 806-827, jul./set. 2024. DOI: 10.5433/1984-7939.2024v9n3p806. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/educacaoemanalise/article/view/50538>. Acesso em: 28 abr. 2025.